

CÉDULAS E PAPÉIS DE VALOR

ÓRGÃO TRIMESTRAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA
DE COLECCIONADORES DE PAPÉIS DE VALOR

N.º 9 • ABRIL • 1989

TERCEIRO ANO DE PUBLICAÇÃO

DIRECTOR: NESTOR FATIA VITAL



EDITORIAL

Introduzimos, nesta edição, dois novos vectores temáticos correlativos ao nosso vasto campo de coleccionismo e de investigação: Bilhetes de Transporte e Estampilhas Fiscais, os quais, igualmente, têm os seus especialistas dedicados.

Os BILHETES DE TRANSPORTE podem, numa resumida identificação, relacionarem-se com os carros do chora, americano e eléctricos, elevadores, autocarros, metropolitano, transportes marítimos ou fluviais, aéreos e ferroviários.

Uma colecção destes tipos de documentos permite, como em tantas outras, não só registar a evolução histórica dos transportes públicos, suas origens e etapas subsequentes, mas também, a análise económica da escalada das tarifas através do tempo decorrido.

Paulo Kruger, é autor de um 'Catalogo de Bilhetes de Eléctrico, Autocarro, Elevador e Metropolitano', publicado em varios fasciculos bem curiosos e ilustrados, tais como "Valores em Réis" (Vol. 1), "Valores em Escudos" (Vol. 2), "Bilhetes com Propaganda Politica" (Vol. 9).

Trata-se de uma temática vistosa, quando arquivada com gosto, e valiosa.

Os pequenos bilhetes mais primitivos da Carris de Ferro de Lisboa, por exemplo, de varios valores desde 20 a 300 réis, impressos e numerados em varias cores e com textos publicitários ou não, são já bastante escassos, atingindo cotações significativas.

As ESTAMPILHAS FISCAIS podem, bem, divorciarem-se da Filatelia, dada a especificidade da sua função, adquirindo personalidade própria no ramo dos papéis de valor. É certo que as encontramos apostas em inúmeros outros documentos do nosso campo de coleccionismo, o que empresta a êstes um valor acrescentado mas, os exempla

res isolados ou em pagela, são bem difíceis de adquirir quando se trata de emissões de certos períodos da Monarquia.

Confirmando essa dificuldade de aquisição de espécimes isolados, temos conhecimento de um Consócio que duplica, por exemplo, um mesmo tipo de 'papel selado propriamente dito', arquivando um exemplar na colecção destes últimos papéis de valor e o outro na temática das Estampilhas Fiscais, dado que aquele documento está selado complementarmente.

Também aqui, o estudo das reformas fiscais, desde o sêlo a óleo ao sêlo adesivo, é um campo do maior interesse sócio-económico. Feliz do coleccionador que, em apoio, detenha os originais dos respectivos Alvarás, Decretos e Decretos-Leis, quantas vezes autênticos manuais volumosos.

O estudo da evolução histórica da LEI DO SELLO, em Portugal, está por se fazer.

Alguns dos nossos Consócios têm competência e material de estudo para efectuarem o arranque desta investigação.

*

O 'CÉDULAS E PAPEIS DE VALOR' tem as suas páginas à disposição para a divulgação de trabalhos acerca destas duas temáticas que aqui, e agora, promovemos: BILHETES DE TRANSPORTE e ESTAMPILHAS FISCAIS.

SUMARIO

Apólices de D. João, Regente.	Pp 243/252	Ex-Libris 'DIULI'	Pp 266/267
Papeleiros na Nota Nacional.	Pp 253/255	VOUTAT e a Escripofilia	Pp 268/269
Coleccionar Bilhetes de Electrico.	Pp 256/258	Vida Associativa	P 270
Aditamentos e Variedades	Pp 259/260	Historia Fiscal Portuguesa	Pp 271/272
Noticiario	Pp 261/265	Acerca de Lotarias	Pp 273/275
		Estampilha Fiscal	Pp 276/277
		Publicidade/Summary/Permuta	Pp 278/282

APÓLICES

DE D. MARIA I E D. JOÃO REGENTE

TIPOLOGIA (CLASSIFICAÇÃO MORFOLÓGICA)

por MARIO SANTOS DE ALMEIDA

O interesse pelas Apólices emitidas por D. Maria I e D. João, Príncipe Regente, (que designaremos apenas por "Apólices de D. João, Regente" pois, oficialmente ou não, foram emitidas sob sua responsabilidade) tem tido nos últimos anos um enorme incremento e o número dos coleccionadores aumenta diariamente.

O seu coleccionismo mostra-se de facto gratificante pois, por um lado, grande parte das suas variantes são bastante vulgares e podem obter-se por preços relativamente baixos o que faz com que o coleccionador modesto possa, com frequência, ter o prazer de meter novos exemplares na sua colecção; mas, por outro lado, ha também variantes que só existem em muito pequeno número sendo difíceis (e caras) de se obter o que é um estímulo para o interesse do coleccionador mais evoluído e apreciador de coisas raras.

Em qualquer tipo de coleccionismo é fundamental a existência, quando não de um catálogo completo, pelo menos de uma base de classificação. Desde ha muito que nos interessamos por estas Apólices e, com

os elementos até então obtidos, já publicamos em tempos uma classificação morfológica numa das revistas da Sociedade Portuguesa de Numismática, classificação simples baseada apenas nos 17 tipos principais de cabeçalhos.

Terá sem dúvida muito interesse a publicação do catálogo definitivo que estamos a preparar e que vai muito mais longe, incluindo também todas as variantes de desenho de cada um desses tipos principais, variantes devidas a terem sido impressos cada um deles por mais do que uma chapa, todas elas, não havendo então as possibilidades de reprodução exacta que temos hoje, diferenciando umas das outras em pequenos detalhes.

Mesmo assim pensamos que se justifica a publicação daquela primitiva classificação neste Boletim, até porque já começa a ser citada e inclusivamente tem sido adoptada nos catálogos dos Leilões realizados por esta nossa Associação.

Vamos assim fazê-lo mas precedendo-a de alguns comentários que permitirão compreender as razões que presidiram à sua elaboração. Far-lhe-emos apenas uma pequena alteração que, sem a modificar no essencial, a completa com os novos conhecimentos que temos vindo adquirindo.

Como dissemos, esta classificação é essencialmente morfológica entrando o factor cronológico apenas secundariamente. Tem por base sucessivamente os seguintes elementos :

- 1 - Valores faciais ordenados a partir dos mais elevados;
- 2 - Diferentes desenhos dos cabeçalhos;
- 3 - Diferenças na parte impressa dos algarismos do ano (ao alto) e de "No..." (colocado ao centro e ao lado);
- 4 - Diferenças na parte manuscrita do ano, ao alto;
- 5 - Existência ou não do carimbo vermelho e suas variantes (de D. Pedro IV ou de D. Miguel I).



1 - VALORES FACIAIS (1ª coluna) :

Existem Apólices com 7 valores faciais diferentes; a saber : 20\$000, 12\$800, 10\$000, 6\$400, 5\$000, 2\$400 e 1\$200 reis.

Embora não corresponda à cronologia do seu aparecimento, pensamos ser esta ordenação, para efeitos de coleccionismo, a mais aceitável por mais simples.

Se optássemos pela ordenação cronológica e portanto se classificássemos as Apólices pela data do seu aparecimento, essa ordem teria de ter como primeiro grupo os 10\$000 reis, que surgiram em 1 de Agosto de 1797, e depois, sucessivamente : 5\$000 (aparecidos em 26 de Agosto de 1797), 20\$000 (em 25 de Novembro de 1797), 2\$400 (em 19 de Dezembro de 1797), 1\$200 (em 23 de Novembro de 1798), 12\$800 (em 3 de Junho de 1799) e finalmente 6\$400 (em 10 de Julho de 1799).

Pensamos que o nosso critério é preferível pois com base nas datas da emissão a classificação tornar-se-ia logo con-

fusa à partida e, além disso, depois teríamos de optar : ou tentávamos manter a ordenação cronológica e logo ao entrar com o segundo elemento de classificação teríamos de baralhar mais ainda os valores, ou fazíamos as divisões dentro de cada valor e tínhamos de abandonar o princípio da cronologia. Por exemplo: o primeiro grupo passaria a ser 10\$000 de 1797 mas depois, se adoptássemos as bases da cronologia, antes de colocar os 10\$000 de 1798 (com desenho exactamente igual e diferente apenas por ter o " 8 " manuscrito) teríamos de meter todos os outros valores de 1797 (com desenhos totalmente diferentes). E assim sucessivamente.

A nosso ver apenas seria de ponderar o colocar à parte as Apólices de 2\$400 e de 1\$200 emitidas em 1805 e 1807 pois obedeceram a legislação diferente das restantes. Dentro da nossa ideia de tornar a classificação o mais simples possível resolvemos porém não fazer excepções e incluí-las nas normas gerais da nossa classificação.

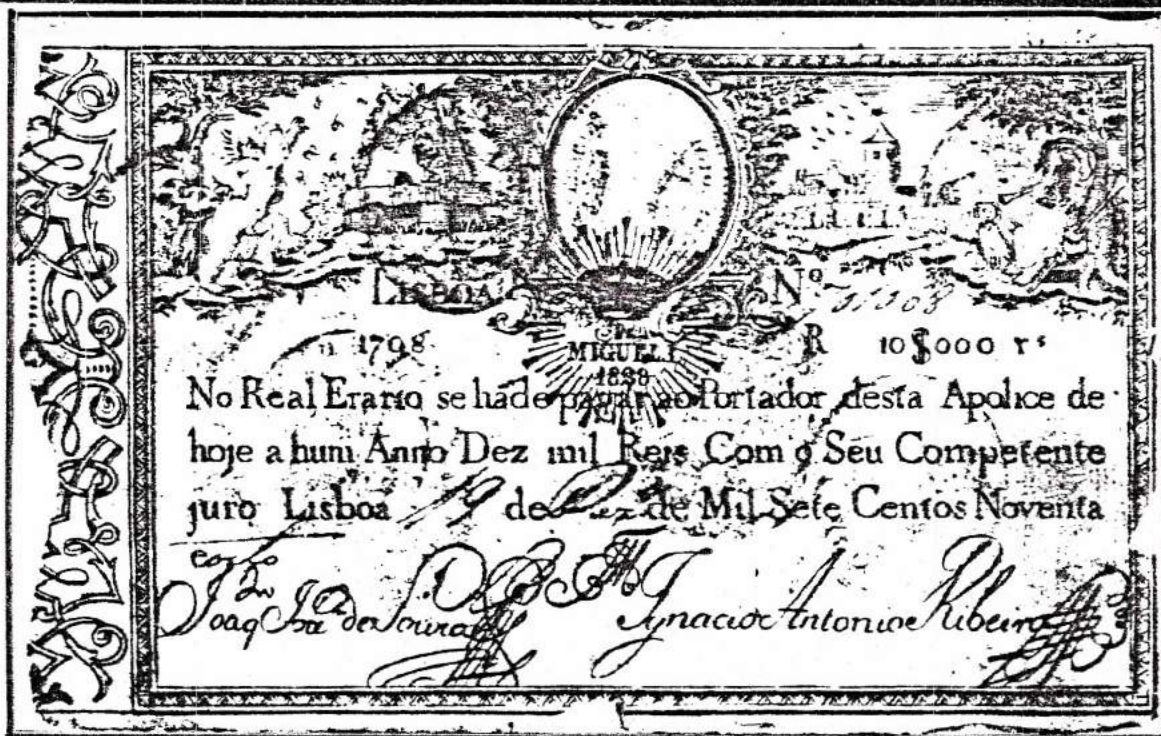
2 - DIFERENTES DESENHOS DE CABEÇALHOS (2ª coluna) :

É o factor que pensamos deve ser considerado em 2º lugar.

Com excepção de 12\$800 e 6\$400, todos os valores tem mais do que um desenho diferente e é portanto lógico que isso seja, logo a seguir ao valor, o factor mais importante de classificação.

Consideramos um total de 17 cabeçalhos diferentes, sendo 3 de 20\$000, de 10\$000 e de 5\$000, 4 de 2\$400 reis, 2 de 1\$200 reis e, como dissemos, apenas 1 de 12\$800 e 6\$400.

Dissemos considerar e não conhecer porque



Apólice de 10\$000 reis de 1798 com carimbo de D. Miguel I (nº 10 M)

existe um outro desenho diferente, ou melhor, existe a chapa que deveria servir para a sua impressão. Tratar-se-ia de Apólicas de 10\$000 reis com data impressa de " 1800 ", mas chapa que nunca deve ter chegado a ser utilizada provavelmente por, entretanto, ter sido suspensa a emissão de mais Apólicas de Papel Moeda por estar em preparação o Alvará com força de Lei de 31 de Maio de 1800 pelo qual D. João, Príncipe Regente, mandou suspender definitivamente essa emissão.

Esse definitivo, como sabemos, foi apenas até 1805 pois nesse ano, assim como de pois em 1807, a pretexto de se substituírem as Apólicas deterioradas, se autorizou nova emissão dos valores mais baixos.

De qualquer maneira não deve ter sido utilizada aquela chapa de 10\$000 de 1800 e, por isso, não incluímos este desenho na nossa classificação, mantendo apenas os 17 que dissemos acima.

3 - DIFERENÇAS NA PARTE IMPRESSA DA DATA (3ª coluna) :

Como 3º elemento a considerar como base da nossa classificação entramos com todas as diferenças na parte impressa das datas e, nas Apólicas de 1\$200 reis de 1805, com a situação de " Nº ... " ao centro ou ao lado.

As variantes que assim nos aparecem são as seguintes :

a) Do ano, ao alto, no lado esquerdo. Podem ser :

- Com os 4 algarismos impressos:
" 1798 " ou " 1799 ". Como dissemos não incluímos a variante de " 1800 " impresso por considerarmos que não chegou a ser oficialmente emitida;
- Com apenas os 3 primeiros algarismos impressos, isto é, " 179. " ou " 180. " ;

b) Da situação de " Nº ... " nas Apó-

lices de 1\$200 de 1805. Pode ser :

- " Nº ... " colocado ao lado direito como normalmente na maioria das Apólices;
- " Nº ... " colocado ao centro das Apólices.

Com estas variantes o número de grupos alarg-se de 17 para 24.

4 - DIFERENÇAS NA PARTE MANUSCRITA DA DATA (4ª coluna)

Na sua apresentação definitiva a data, ao alto, à esquerda, pode ter :

- Os 4 algarismos impressos e sem qualquer correcção manuscrita: " 1798 " ou " 1799 ";
- Apenas 3 algarismos impressos e o algarismo das unidades feito à mão: " 179. " impressos e ou " 7 ", ou " 8 " ou " 9 " manuscritos, e " 180. " impresso e " 5 " ou " 7 " manuscritos;
- " 1798 " com os 4 algarismos impressos mas o " 8 " corrigido à mão para " 9 ".

Com estas novas variantes atingimos o número definitivo de grupos da nossa classificação : 33 .

Note-se que nestes 33 grupos estão incluídos 2 de que não estamos seguros existirem exemplares.

Um é o nosso grupo nº 20, isto é, os 2\$400 reis de 1797. Na realidade não conhecemos deste grupo um único exemplar mas incluímo-lo pois ha documentos comprovativos de que as Apólices deste tipo foram emitidas ainda em 1797, embora a partir unicamente de 19 de Dezembro. Nesse ano foram emitidas apenas 800, número na

realidade muito escasso e que explica a dificuldade, ou mesmo a impossibilidade, de encontrar alguma nos nossos dias. Mesmo assim, justifica-se que as incluamos no nosso Catálogo.

Com o outro grupo de que temos duvidas as circunstâncias são diferentes e só muito recentemente nos decidimos a incluí-lo. Por isso o designamos por " nº 27 A " , para não alterar a classificação que já divulgámos ha anos e se encontra já adotada por muitos collectionadores. É por isso que, embora tendo 33 grupos, o número mais alto desta nossa classificação é apenas o 32.

É o grupo das Apólices de 1\$200 reis de 1799, iguais às de 1798 mas com o " 8 " corrigido à mão para " 9 ".

As Apólices de 1\$200 de 1798 são raríssimas (só conhecemos 1 exemplar), o que se justifica dado que foram emitidas apenas a partir de 23 de Novembro e num total somente de 1.000 . Com o " 8 " corrigido à mão para " 9 " é porém provavel que tenham sido emitidas, e por isso nos resolvemos a incluí-las, pois ha registos de emissão deste tipo de 1\$200 logo em Janeiro de 1799 e, tendo começado tão tarde em 1798, não nos parece lógico que, logo no início de 1799, se fizessem novas chapas com o " 8 " omisso .

Na realidade porém o único exemplar que conhecemos, e pensamos poder ser deste grupo, está em tão mau estado que a sua classificação deixa-nos algumas dúvidas.

É este número de grupos, e portanto esta numeração, que constitue a base

da classificação de referência por nós adoptada. É de resto a ela que se tem limitado até agora todos os coleccionadores, ou pelo menos quasi todos, pois não se têm preocupado com as pequenas variantes de cada um dos 17 desenhos principais.

Alem daquelas 33 variantes os coleccionadores na realidade apenas se têm preocupado até agora em tentar reunir, de cada uma delas, uma Apólice sem carimbo vermelho e uma de cada um desses carimbos (de D. Pedro IV e de D. Miguel I).

Fica assim o seu campo limitado a 99 espécies, campo insignificante em relação à enorme riqueza de que se poderá revestir se atendermos às variantes resultantes das diferentes chapas utilizadas para cada desenho.

Em tempos encontrámos e tivemos a oportunidade de estudar um lote de 14 chapas que serviram para a impressão destas Apólices e que tem no dorso o punção de uma casa inglesa onde certamente foram executadas:

cutadas:

(coroa)

B. WHITTOV & SON

N. 43 . SHOE . LANE

HOLBORN . LONDON

Estas chapas tem cada uma delas duas gravuras o que permitia (e obrigava) a imprimir duas Apólices de cada desenho de cada vez. Isso já nos faz prever, à partida e de cada tipo, duas variantes. Ha porém tipos que devem ter sido impressos por mais do que um par de gravuras (só de 10\$000 reis do 1º tipo havia naquele lote 3 chapas, portanto 6 gravuras diferentes) e de que existem portanto mais, e de algumas até bastante mais, do que duas variantes.

É este estudo que temos estado a fazer. É evidente que é trabalho moroso pois obriga à observação demorada de um grande número de Apólices e que mesmo assim nunca



Apólice de 20\$000-reis de 1799 com o 2º '9' manus crito e com carimbo de D. Pedro IV (nº 5 p).

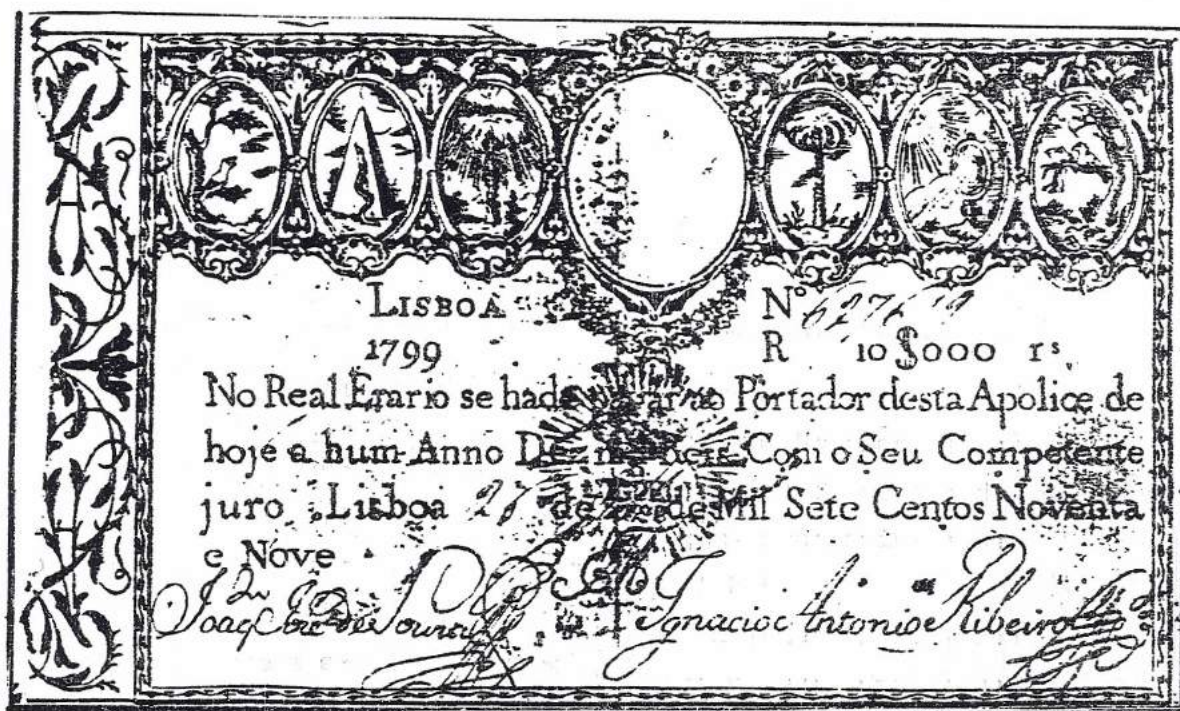
chegará a poder considerar-se definitivo.

5 - Carimbo vermelho (5ª coluna)

A maior parte das Apólices ostentam no anverso um carimbo vermelho com a designação ou " D. PEDRO IV - 1826 " ou " D. MIGUEL I - 1828 ", embora existam, mas rela-

tivamente raras, as Apólices sem qualquer carimbo. Poderão ser referenciadas colocando no fim do número de identificação a indicação, respectivamente, de " S/c ", " P " ou " M " .

É evidente que, quer dos 33 grupos principais, quer das pequenas variantes que esta



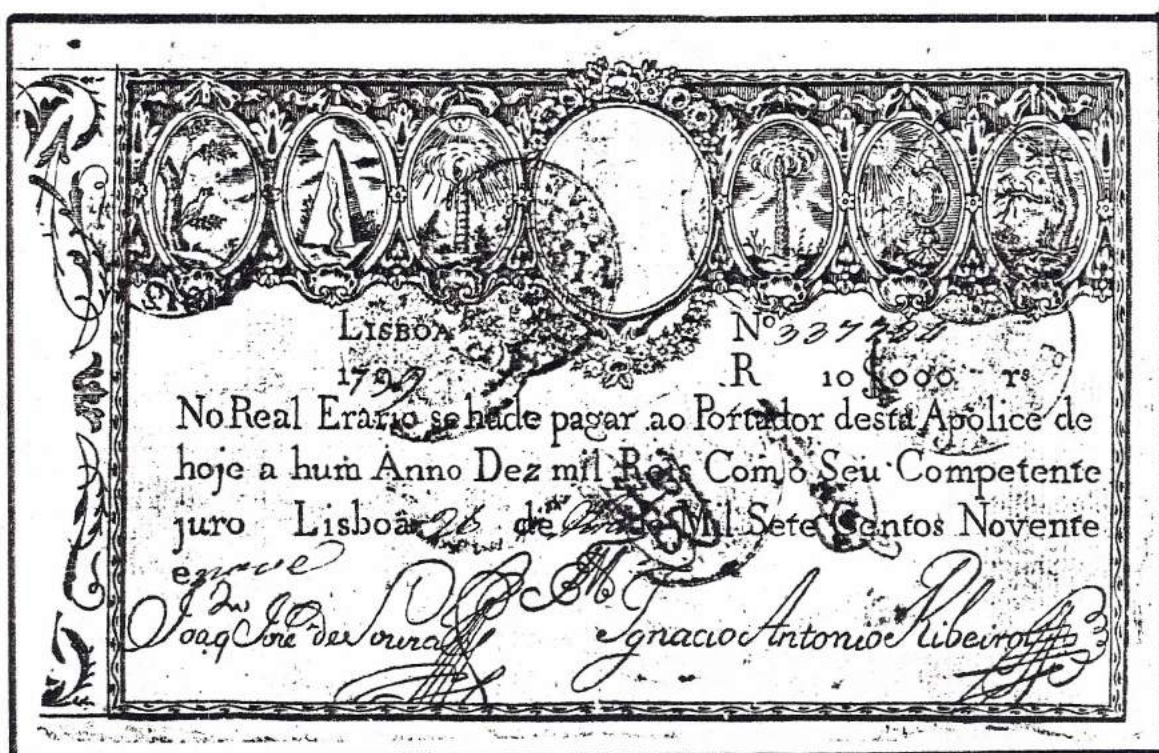
Apólice de 10\$000 reis de 1799 com carimbo de D. Miguel I (nº 13 M)



Apólice de 1\$200 reis de 1805 com carimbo de D. Pedro IV (nº 31 P)

mos a estudar, poderá haver todos estes 3 tipos e portanto ficará ao critério de ca

da um incluir ou não na sua colecção estas últimas variantes. Pessoalmente consideramo-



Apólice de 10\$000 reis de 1799 com segundo '9' manuscrito e sem carimbo
(nº 12 S/c)



Apólice de 1\$200 reis de 1807, sem carimbo, (nº 32 S/c)

las como bastante secundárias pois foram um acréscimo aplicado muitos anos depois

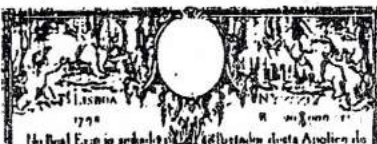
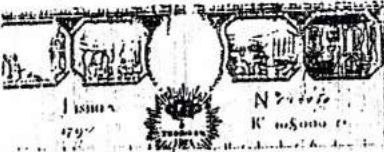
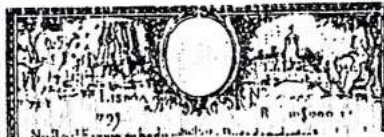
da sua emissão e sem qualquer relação com ela, unicamente para fins estatísticos.

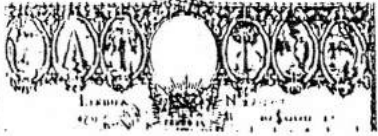


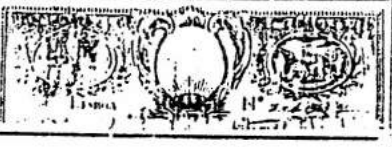
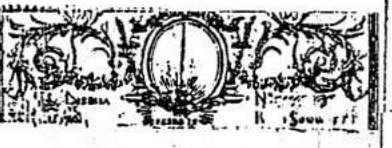
Legenda :

- 1— Valor facial
 2— Tipos de desenho do cabeçalho
 3— Variantes da parte impressa da data
 4— Variantes da parte manuscrita da data (negro)
 5— Carimbos: s/ — Sem carimbo; P — Com carimbo de D. Pedro IV;
 M — Com carimbo de D. Miguel
 6— Nossa numeração.

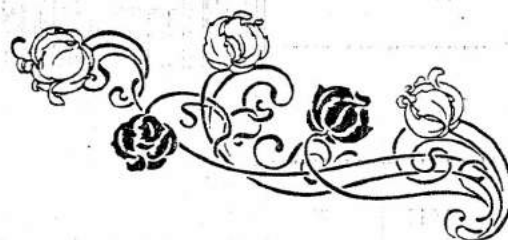
CATÁLOGO

1	2	3	4	5	6
20\$000		179...	179...7	s/ P M	1 s/ 1 P 1 M
			179...8	s/ P M	2 s/ 2 P 2 M
		1798	1798	s/ P M	3 s/ 3 P 3 M
			1798/9	s/ P M	4 s/ 4 P 4 M
		179...	179...9	s/ P M	5 s/ 5 P 5 M
		1799	1799	s/ P M	6 s/ 6 P 6 M
12\$800		1799	1799	s/ P M	7 s/ 7 P 7 M
10\$000		179...	179...7	s/ P M	8 s/ 8 P 8 M
			179...8	s/ P M	9 s/ 9 P 9 M
		1798	1798	s/ P M	10 s/ 10 P 10 M
			1798/9	s/ P M	11 s/ 11 P 11 M

1	2	3	4	5	6
10\$000		179...	179...9	s/ P M	12 s/ 12 P 12 M
		1799	1799	s/ P M	13 s/ 13 P 13 M
6\$400		1799	1799	s/ P M	14 s/ 14 P 14 M
5\$000		179...	179...7	s/ P M	15 s/ 15 P 15 M
			179...8	s/ P M	16 s/ 16 P 16 M
		1798	1798	s/ P M	17 s/ 17 P 17 M
			1798/9	s/ P M	18 s/ 18 P 18 M
		179...	179...9	s/ P M	19 s/ 19 P 19 M
2\$400		179...	179...7	s/ P M	20 s/ 20 P 20 M
			179...8	s/ P M	21 s/ 21 P 21 M

1	2	3	4	5	6
2\$400		1798	1798	s/ P M	22 s/ 22 P 22 M
			1798/9	s/ P M	23 s/ 23 P 23 M
		179...	179...9	s/ P M	24 s/ 24 P 24 M
		180...	180...5	s/ P M	25 s/ 25 P 25 M
1\$200		180...	180...7	s/ P M	26 s/ 26 P 26 M
		1798	1798	s/ P M	27 s/ 27 P 27 M
			1798/9	s/ P M	27A s/ 27A P 27A M
		179...	179...9	s/ P M	28 s/ 28 P 28 M
		1799	1799	s/ P M	29 s/ 29 P 29 M
		«N.º» ao lado 180...	«N.º» ao lado 180...5	s/ P M	30 s/ 30 P 30 M
		«N.º» ao centro 180...	«N.º» ao centro 180...5	s/ P M	31 s/ 31 P 31 M
		180...	180...7	s/ P M	32 s/ 32 P 32 M

JANº 1989



PAPELEIROS NA NOTA NACIONAL

por NESTOR PATIA VITAL

"Deixara-lhe duzentos contos em prédios, em papéis, e a quinta do Mosteiro ao pé de Viana". Eça de Queirós, 'A Relíquia', Cap. I, p. 15 .

Falar do PAPEL que se produziu, importou e consumiu em Portugal é tema apaixonante, demais a mais no Boletim da nossa Associação. A êle dedicaremos, noutra ocasião, uma informação com base nos apontamentos que tenho coligido, desde a produção nacional, cuja primeira fábrica de Leiria, movida pelos moinhos do rio Lis, foi instituída por Alvará de 1411, de D. João I, a favor de Gonçalo Lourenço Gomide, seu escrivão da puridade e bisavô de Afonso de Albuquerque, até à importação de França e Italia, a partir do século XVI, em que o consumo excedia largamente a produção nacional como prova a fantástica importação em Lisboa, por volta de 1552, de cerca de vinte mil cruzados de papel.

Mas o nosso propósito de hoje, conforme prometido a pp. 207 do 'Cédulas e Papéis de Valor' (nº 8), é dar notícia dos fornecedores de PAPEL à Banca portuguesa para a emissão do nosso papel-moeda a partir dos anos 20 do século XIX.

É facto notável, e merece registo especial, que as primeiras notas bancárias portuguesas fôram feitas com papel nacional.

Na realidade, durante uns doze anos, e desde a sua primeira emissão em Agosto de 1822, o **BANCO DE LISBOA** foi fornecido pela FÁBRICA DE PAPEL DE ALENQUER, a mesma que fabricara o papel para as Apólices do Erário Régio, e que suponos seja a unidade industrial ali fundada, em 1565, a quarta fábrica de papel criada no nosso País.

A falta de ritmo nos fornecimentos forçou o B. de L., em 1834, a solicitar aos seus correspondentes, de Londres, M. J. Soares e Foster & Brothers para encontrar uma solução para a referida dificuldade. Por carta de 8 de Novembro de mesmo

ano é confirmada, a este último, a primeira encomenda de papel estrangeiro, "papel de qualidade semelhante àquela em que se estampam as notas do Banco de Inglaterra, incluindo no mesmo a marca de água anteriormente acordada". Esses fornecimentos não mais cessaram até ao ocaso do Banco de Lisboa em 1846.



No já longo historial do **BANCO DE PORTUGAL** as fontes de fornecimento do papel, para a emissão das belíssimas e múltiplas notas que colocou em circulação, foram mais diversificadas conquanto igualmente estrangeiras.

Além disso, verificou-se a partir de 1875 até 1917 uma interpolação no uso de papel de varios fabricantes, conforme se pode constatar na coincidência de datas de emissão de certas 'chapas' que mais adiante listamos com certa reserva.

O BANCO DE PORTUGAL inicia a sua actividade emissora servindo-se das reservas de papel inglês deixadas pelo extinto Banco de Lisboa, sendo de supor que ou as existências eram volumosas ou a casa inglesa Foster & Brothers continuou a servir de agente fornecedor, pois que esse papel britânico está associado a emissões de 1847, 1854, 1867, 1869, 1870, 1877 e 1887.

Entretanto, por causas que desconhecemos, o tradicional fornecedor inglês foi sendo substituído aos poucos.

De facto, de 1875 a 1892 (emissões de 1876, 1878, 1880, 1882, 1883, 1889, 1890 e 1892), surge o novo papaleiro alemão:

CHARLES SCHLEICHER & SCHÜLL, de Dören.

De 1886 a 1891 (emissões de 1886 e 1891), utiliza-se, de novo, papel inglês fornecido por :

THOMAS DE LA RUE & CO. LTD., de Londres ,

a primeira entidade a quem foi encomendado papel especialmente fabricado para o BANCO DE PORTUGAL.

De 1891 a 1896 (emissões de 1891 e 1896) regressa-se novamente a ser cliente de um fabricante alemão :

GIESECKE & DEURIENT, de Leipzig .

Na transição do século XIX para o actual, dá-se um facto assinalável. O Banco de França passa a ter uma acção dominante no fabrico do papel destinado à estampagem das notas do BANCO DE PORTUGAL, como conselheiro técnico, no que refere às filigranas e respectivas teias, como também no controlo do fabrico e ritmo das entregas, para o que destacava um comissário seu junto dos papaleiros franceses que passaram a fornecido.

res com preferência ou mesmo exclusividade a partir de 1895.



De 1890 a 1923 (emissões de 1890, 1891, 1893, 1895, 1898, 1899, 1901, 1911, 1914, 1915, 1916, 1917, 1920 e 1923) o papel foi fornecido pelos papeteiros franceses do *Loire Atlantique*:

SOCIÉTÉ ANONYME DES PAPETERIES DU MARAIS ET DE SAINTE MARIE .

Ainda ha uns meses um nosso Consócio se interrogava acerca de uma marca de água 'MARAIIS' num espécime de papel selado. Está provado que o fornecedor também aprovisionava a Casa da Moeda e do Papel Sellado.

De 1895 a 1917 (emissões de 1895, 1900, 1901, 1910, 1912 e 1917) foi utilizado papel dos fornecedores:

BLANCHET, FRÈRES & KLÉBER, de Rives (Isère) .

De 1901 a 1925 (emissões de 1901, 1903, 1904, 1911, 1912, 1916, 1917, 1920, 1922, 1923 e 1925) o papel usado pelo BANCO DE PORTUGAL para o fabrico de notas foi fornecido pelos papeteiros franceses :

PERRIGOT - MASURE, PAPETERIES D ' ARCHES, dos Vosgues.

Depois, como já referido em Ficha anterior, foi a estampagem externa e importada.

COLECCIONAR BILHETES DE ELECTRICO

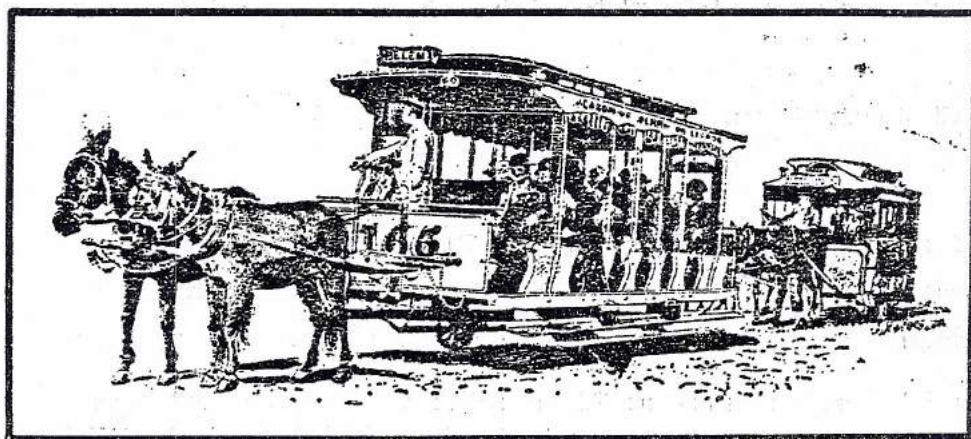
G. G. F. L.

por Paulo J. B. Kruger

A COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA nasceu no Rio de Janeiro a 18 de Setembro de 1872. Em Novembro, depois de instalada uma agência em Lisboa, a Carris adquire o direito de estabelecer nas ruas de Lisboa a viação em carris pelo sistema 'americano'.

O primeiro troço foi aberto ao público em 17 de Novembro de 1873 e circulava de Santa Apolónia ao Atérro (por Santos de baixo). Esta inauguração fez-se com grande regozijo da população lisboeta que, em massa, correu a saudar este importantíssimo melhoramento.

Em 6 de Fevereiro do ano seguinte foi aberto o troço completo de Santa Apolónia a Belém, numa extensão de 9 quilómetros.



O primeiro serviço público foi inaugurado com poucos carros. O público, logo de início manifestou a mais decidida preferência pelo novo meio de transporte; e para o satisfazer tornou-se necessário abrir novas carreiras e adquirir mais material circulante.

Em 31 de Maio de 1876 a Companhia Carris de Ferro de Lisboa foi legalmente reconhecida como SOCIEDADE ANÓNIMA PORTUGUESA. Daqui em diante foi uma luta constante contra a concorrência.

Em 7 de Setembro de 1888 fez-se a primeira tentativa com uma carruagem de tracção mecânica; no entanto, o processo não satisfez os técnicos.

Finalmente foi a 31 de Agosto de 1901 que foi inaugurado em Lisboa o novo sistema

de transporte colectivo por tracção electrica.

Qualquer passageiro que entre num meio de transporte colectivo recebe um bilhete em troca do pagamento do mesmo.

Estes bilhetes podem ser coleccionaveis e como insentivo a este coleccionismo foi editado um catálogo de bilhetes da CARRIS e METROPOLITANO, tendo já saído os seguintes volumes :

Volume 1 - valor em réis	150\$00
Volume 2 - valor em centavos	150\$00
Volume 9 - propaganda política	100\$00

Fig. 1



A figura 1 representa o que supomos ser o primeiro bilhete da Companhia Carris de Ferro de Lisboa. Impresso a preto ou laranja em papel roxo, amarelo ou branco.

Os bilhetes seguintes a serem usados por esta Companhia foi um bilhete com dentes

Fig. 2



Fig. 3



Fig. 4



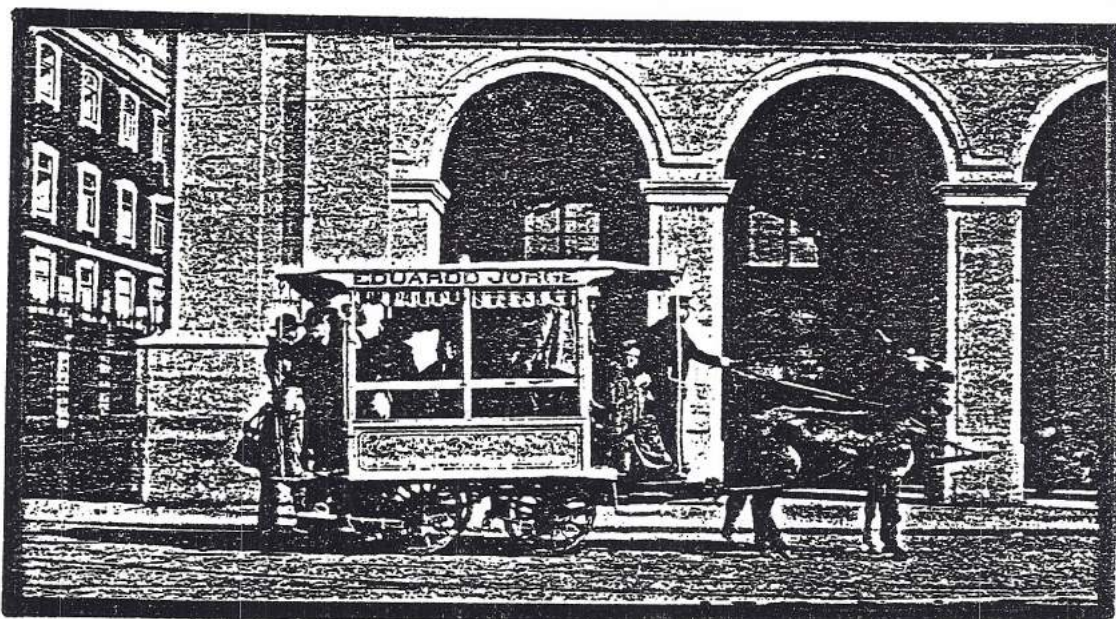
do e dois desenhos diferentes o 50 réis (fig.s 2 e 4) e 60 réis (fig. 3), impresso

e numerado em varias côres, sempre sôbre papel branco em denteado 13.

Todos êstes bilhetes são muito raros.

EDUARDO JORGE

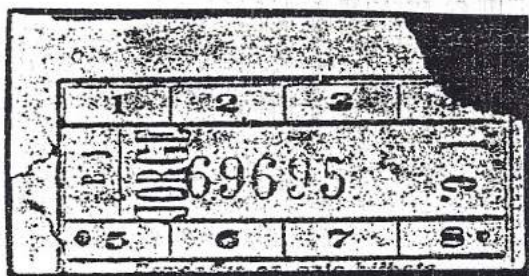
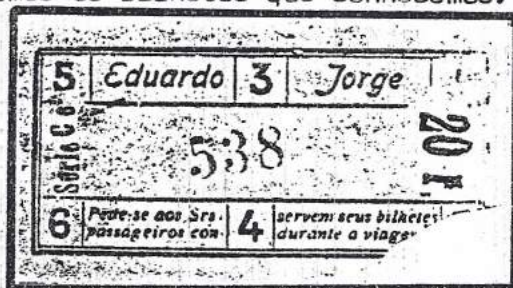
EDUARDO JORGE foi uma das Companhias que funcionava em Lisboa e que foi adquirida pela Carris.



Carro 'americano' de Eduardo Jorge, com tracção animal de duas mulas .

No Norte (Povoa de Varzim, etc.) ainda neste século se chamava 'muléctricos' a êstes carros.

Seguidamente reproduzimos os bilhetes que conhecemos.



ADITAMENTOS E VARIEDADES

CHAVES

por ANTONIO DE ALMEIDA FIGUEIREDO

Cédula nº 721, mencionada mas não descrita.

Cartão branco com impressão a preto, tendo no verso carimbo oval violeta da Camara Municipal que excede, em parte, o tamanho da cédula. Mancha tipográfica 54 mm x 26 mm.



MARINHA GRANDE

Em tudo idêntica à cédula nº 1333 b, mas com a particularidade de não indicação da Série



à esquerda do número.

Propõe-se o nº 1333 bb (para não confundir com o nº 1333 c) .

REGUENGOS DE MONSARAZ

Idêntica à cédula nº 1930, tem a particularidade de ter à direita os dois zeros superior e inferior ambos pequenos e muito menos ovalados que os da esquerda.

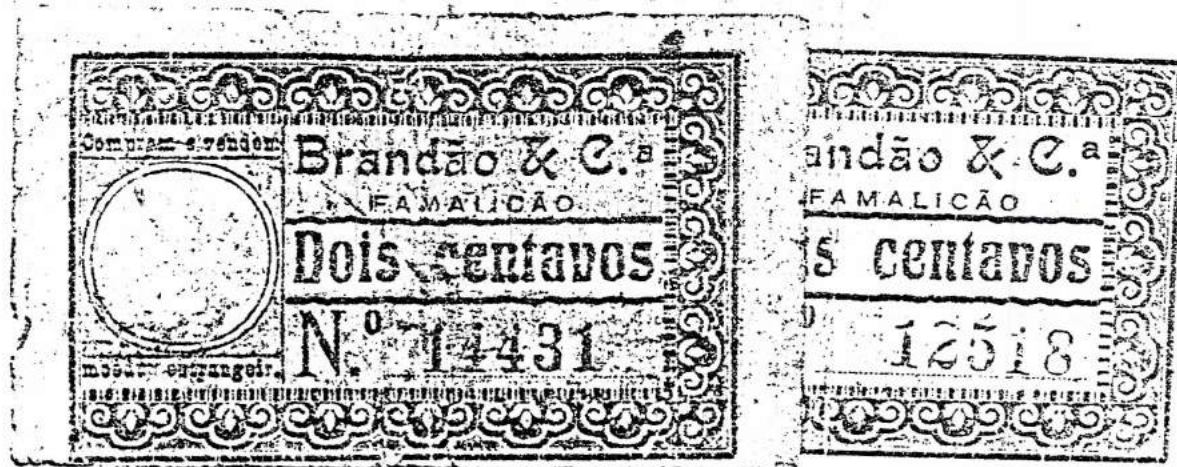
Conhecia-se só com o zero superior mais pequeno.

Propõe-se o nº 1930 b .



VILA NOVA DE FAMALICÃO

Cédula nº 2414. A ampliação permite ver nitidamente a diferença do 'a' de 'Ca'.
Difícil será decidir qual deverá ser a nº 2414 e a 2414 a .



Lisboa, Fevereiro de 1989

NOTICIÁRIO

NOTA DE UMA BANDA SÓ

Um cambista da cidade do Cairo teve a maior e feliz surpresa da sua vida, quando encontrou num maço de francos franceses, uma série de notas impressas de um só lado, no anverso. Foi o achado de um tesouro.

De facto, segundo a avaliação de um numismata egípcio, o valor de colecção de cada uma destas autênticas raridades pode fixar-se, provisoriamente, nuns 75 contos.

E esta, heim !



PRIMEIRO LEILÃO PÚBLICO DE NOTAS PORTUGUESAS

A caminho de uma dúzia de anos, habituámo-nos a vêr a Casa NUMISMA, isto é, o dinâmico núcleo constituído por D. Mafalda Serrano Salgado (medalhas), Dr. Javier Saez Salgado (moedas, notas, cédulas, condecorações, antiguidades) e Jaime Salgado (fichas, senhas e vales), como entidade de reconhecida idoneidade como perita profissional e editora no campo especializado da Numismática.

Surgiu, agora, a novidade da NUMISMA - LEILÕES, o que não significa que tenha 'virado' de actividade mas sim que a ampliou por forma significativa.

O arranque desta iniciativa inédita, pois foi o 1º Leilão Público Numismático em Portugal, deu-se no dia 4 de Março último, no Hotel Meridien, em Lisboa, na Sala Cascais, em duas sessões, sala que se mostrou exígua para a enorme afluência de

público, naturalmente, na sua maioria coleccionadores numismáticos, e dizemos quase todos pois que também se encontravam presentes diversas entidades públicas e privadas, bem como muitos jornalistas, fotografos, televisão, etc.

O Catálogo, profusamente ilustrado, entretanto publicado e algumas semanas antes já esgotado, apresentava um total de 813 lotes de notas de Portugal, Açôres, Macau e ex-Colónias portuguesas, na sua maioria raras ou, mesmo, da mais alta raridade, haver do mesmo um exemplar, peça única conhecida.

Assistiu-se, e participou-se, a um ambiente acalorado de licitações o que redundou em que o total do valor de base catalogado, desta colecção particular reunida em vinte anos, de cerca de 25.000 contos, atingisse um total inesperado.

É evidente que a partir de agora temos miras referenciais para a notafilia nacional a qual andava na penumbra e ao sabor da imaginação de uns quantos ou, o que é pior, com equiparações ao preço de Albert Pick, com cotações dispares dos mercados estrangeiros. Mesmo assim, o coleccionador que comprou até fins de Fevereiro, é muito capaz de ter beneficiado dadas as cotações atingidas no passado dia 4 e que, a partir dessa data passarão a ser officiosas no nosso País, pelo menos.



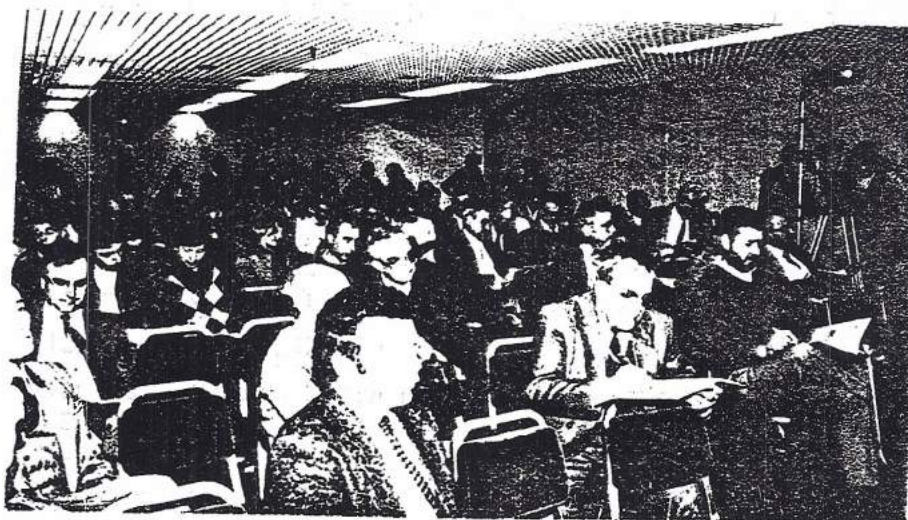
Mas vamos ao que interessa, os preços atingidos dos quais a exiguidade do espaço do nosso Boletim somente alguns permite que apresentemos. De resto, este teste ao mercado notafílico vai certamente servir de orientação para o apreçamento do proximo Livro 'DINHEIRO DE PORTUGAL MODERNO', em preparação pelo Eng. Joaquim Ferraro Vaz e Dr. Javier Salgado.

Vejamos então alguns cifrões.

<u>Lote nº</u>	<u>Exemplar</u>	<u>Conservação</u>	<u>Valor</u>
1	Banco de Lisboa. 19\$200 rs. 23.8.1844	BC	279 c.
2	Banco Industrial do Porto. 10 000 rs. ND	BC -	18 c.

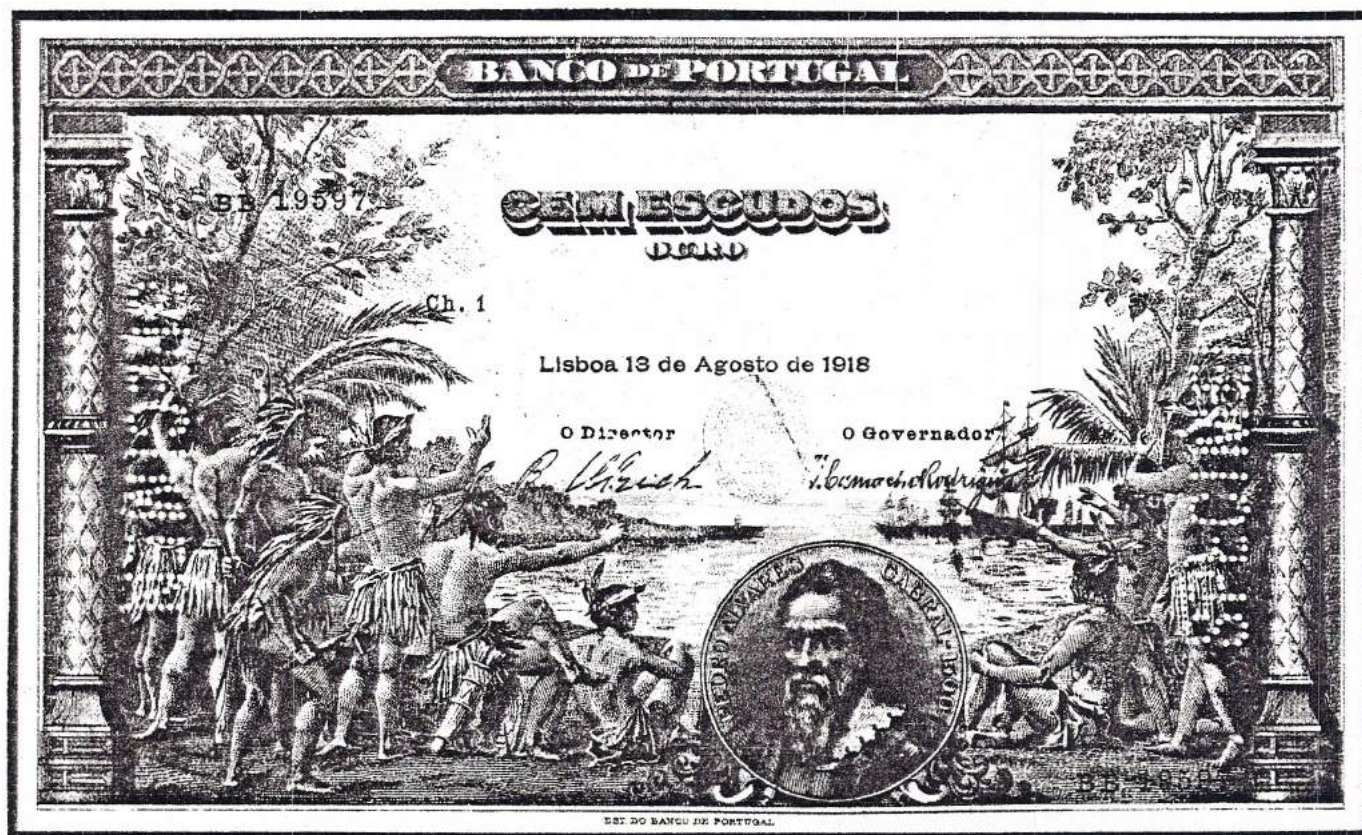
Lote nº	Exemplar	Conservação	Valor
BANCO DE PORTUGAL			
9	500 rs. 27.12.1904 Ch.3 c/c REPUBLICA a vermelho	Bela	39 c.
21	2.500 rs. 30.6.1909 Ch.4 c/c REPUBLICA a preto	Nova	24 c.
22	2.500 rs. 30.6.1909 Ch.4 c/c REPUBLICA a vermelho	BC -	28 c.
28	5.000 rs. 14.11.1906 Ch.7	Bela	49 c.
29	5.000 rs. 30.12.1909 Ch.7	Bela	46 c.
32	10.000 rs. 29.11.1902 Ch.3	BC	39 c.
35	10.000 rs. 30.8.1904 Ch.3 João de M.Gomes Jr.	BC +	45 c.
36	10.000 rs. 30.8.1904 Ch.3 Henrique M.Santos	BC	39 c.
38	10.000 rs. 22.5.1908 Ch.3 Augusto J.Cunha	MBC	56 c.
39	10.000 rs. 22.5.1908 Ch.4 c/c REPUBLICA numeração a vermelho	BC +	45 c.
40	10.000 rs. 30.9.1910 Ch.4 c/c REPUBLICA José P. Castanheira das Neves	MBC +	55 c.
41	10.000 rs. 30.9.1910 Ch.4 c/c REPUBLICA Francisco Maria da Costa	MBC +	51 c.
42	10.000 rs. 30.9.1910 Ch.4 c/c REPUBLICA data e chapa diferentes José Felix da Costa	MBC +	50 c.
44	10.000 rs. ND (Ch.4) c/c BANCO DE PORTUGAL LISBOA . Espécime .	Nova	89 c.
45	20.000 rs. 26.2.1901 João da Motta Gomes Jr.	MBC	102 c.
46	20.000 rs. 12.10.1906 Ch.8m.	Bela	102 c.
49	50.000 rs. 29.1.1904 Ch.3	BC +	102 c.
50	50.000 rs. 31.8.1906 Ch.3	BC	102 c.
51	50.000 rs. 26.11.1907 Ch.3	BC	89 c.
53	50.000 rs. 8.6.1909 Ch.3	BC +	95 c.
55	50.000 rs. 30.9.1910 Ch.3 numeração a preto	BC +	102 c.
56	50.000 rs. 30.9.1910 Ch.4 c/c REPUBLICA	BC +	156 c.
57	100.000 rs. 18.10.1898 Ch.1 (restaurada)	BC	103 c.
58	100.000 rs. 22.10.1901 Ch.1 (")	BC	102 c.
59	100.000 rs. 23.9.1904 Ch.1	BC +	168 c.
60	100.000 rs. 30.6.1908 Ch.1 Duarte A.A.Bizarro	MBC	203 c.
61	100.000 rs. 30.6.1908 Ch.1 Julio O. Bastos	BC +	179 c.
62	100.000 rs. 30.9.1910 Ch.2 c/c REPUBLICA	BC +	168 c.
72	5 esc. 29.7.1913 Ch.1 c/c OURO a vermelho	BC +	26 c.
86	10 esc. 7.7.1920 Ch.1	MBC	28 c.
88	10 esc. 31.8.1926 Ch.2	Nova	56 c.

Lote nº	Exemplar	Conservação	Valor
98	20 esc. 12.8.1919 Ch. 2	Bela	50 c.
108	20 esc. 13.1.1925 Ch. 4	Nova	45 c.
121	50 esc. 31.8.1920 Ch. 1	BC	50 c.
122	50 esc. 3.2.1927 Ch. 1	BC +	64 c.
123	50 esc. 6.2.1922 Ch. 2	MBC +	123 c.
124	50 esc. 18.11.1925 Ch. 2	BC +	84 c.
125	50 esc. 13.1.1925 Ch. 3	MBC +	53 c.
128	50 esc. 18.11.1932 Ch. 5	MBC	28 c.
129	50 esc. ND (Ch. 5) c/c 'SPECIMEN DE LA RUE & Co. LTD. CANCELLED' . Specimen nº 132.	Nova	67 c.
142	100 esc. 5.2.1920 Ch. 1	MBC +	223 c.
143	100 esc. 13.8.1918 Ch. 1 c/ picotado SPECIMEN, peça reproduzida em policromia na capa do magnífico e já esgotado Catálogo.	Nova	391 c.
144	100 esc. 31.8.1920 Ch. 2	BC +	89 c.
154	500 esc. ND Ch. 1 Prova c/ picotado CANCELLED	Nova	123 c.
155	500 esc. 17.11.1922 Ch. 2 José Pereira Cardoso. Em 5 de Dezembro de 1925 foram descobertos no Porto, grupos de duas notas desta chapa com a mesma numeração. Foi a fraude conhecida como o caso 'Angola e Metrópole' ou a burla de Alves dos Reis e do grupo Marang.	MBC	123 c.



158	500 esc. 26.4.1938 Ch. 6	Bela	56 c.
159	500 esc. 26.4.1938 Ch. 6 B 00000 c/ picotado SPECIMEN c/ sobrecarga SEM VALOR a vermelho. Espécime 51	Nova	56 c.
167	1 000 esc. 17.9.1929 Ch. 4	BC +	112 c.

Lote nº	Exemplar	Conservação	Valor
168	1 000 esc. 18.11.1932 Ch. 5	MBC	95 c.
169	1 000 esc. 17.6.1938 Ch. 6	Nova	36 c.



AÇORES

179	2 500 réis 30.7.1909 Ch. 1 s/sobrecarga AÇORES a vermelho.	MBC	56 c.
180	5 000 réis 30.1.1905 Ch. 6	BC -	84 c.
181	5 000 réis ND Ch. 6 c/ picotado SPECIMEN Verso c/c BANCO DE PORTUGAL LISBOA.	Nova	179 c.
182	10 000 réis 30.1.1905 Ch. 3 Castanho/ama relo.	MBC +	168 c.
183	10 000 réis 30.9.1910 Ch. 4 c/ sobrecar ga AÇORES a vermelho.	Bela	235 c.
184	20 000 réis 30.1.1905 Ch. 3	MBC	168 c.
185	20 000 réis 30.1.1905 Ch. 3 José Felix da Costa. Restaurada ao centro.	BC	78 c.
186	10 000 réis ND Ch. 3 c/ picotado SPECIMEN	Nova	302 c.

.....

Hoje ficamos por aqui. É possível que voltemos a este 1º Leilão Público de Notas, com o ex-Ultramar. Os valores indicados já incluem a taxa de 11,7 % sobre as licitações.

EX-LIBRIS ORIGINAIS

I-EX-LIBRIS 'DIULI' E A SUA HISTORIA



Todos sabem que a expressão latina Ex-Libris quer dizer - "dos livros". E, mais ainda, que se trata de uma marca identificadora, de uso corrente nas bibliotecas, que também é utilizada e deveras apreciada por um grande número de particulares, que muito amam os seus livros.

Estes Ex-Libris, através desta delicada paixão, foram portanto surgindo não somente munidos de cuidados artísticos, como enriquecidos de legendas sábias, a servirem de braço espiritual do seu utente.



1º tipo: grafismo branco sobre papel amarelo torrado.



2º tipo: grafismo amarelo sobre papel branco.

Eis, pois, um curioso exemplo disso (Cf. figuras acima), acompanhada da sua peculiar interpretação :

O 'diuli', i. é , aquela imagem em destaque mesmo ao centro do Ex-Libris, não é mais

*** - N.D. : Ex-Libris pessoal do nosso Consócio NUNO DA CUNHA GONCALVES, que muito amavelmente cedeu os exemplares e esta nótula historica.

do que a representação de uma centenária e popular lâmpada de bronze indiana (c. de 40 cm. de alto por 17, de base) e, no modelo à vista, de sete lumes. Estes lumes, de torcidas alimentadas a óleo de côco, são sempre em número ímpar, em princípio, para distribuírem deste modo, certamente melhor, a sua luminosidade ...

É colocado naturalmente no meio de pessoas, quando juntas em grupo, pois desta maneira cada uma delas irá receber luz por igual.

A legenda que se lê neste Ex-Libris - ' O SOL QUANDO NASCE É PARA TODOS ' - é, entretanto, uma simbiose ou o abraço fraternal entre um rifão (i.é , a "voz-do-povo") português e o espírito de equidade indiana, latente até numa multi-secular e popularíssima lamparina de uso quotidiano ...

A execução da perfeita síntese gráfica deste Ex-Libris é da lavra do Artista, lido internacionalmente, Oskar Pinto Lobo (OSKAR).

(23/II/89)

NOTAFILIA

Como chamada de atenção e a fim de os nossos Consócios conferirem a sua colecção, lembramos as datas das notas bancárias portuguesas em circulação .

100 Escudos - Chapa 7 Camilo Castelo Branco 30.11.1965 20. 9.1978	100 Escudos - Chapa 8 Manuel Maria Barbosa du Bocage 2.9.1980 24.2.1981 31.1.1984 12.3.1985 4.6.1985	100 Escudos - Chapa 9 Fernando Pessoa 16.10.1986 12. 2.1987 3.12.1987 26. 5.1988
500 Escudos - Chapa 11 Francisco Sanches 4.10.1979	500 Escudos - Chapa 12 Mouzinho da Silveira 20.11.1987	
1.000 Escudos - Chapa 11 D. Pedro V 28. 5.1968 16. 9.1980 3.12.1981 21. 9.1982 26.10.1982	1.000 Escudos - Chapa 12 Teófilo Braga 2.8.1983 12.6.1986	
5.000 Escudos - Chapa 1 Antonio Sérgio 10.9.1980 27.1.1981 24.5.1983 4.6.1985 7.1.1986	5.000 Escudos - Chapa 2 Antero do Quental 12. 2.1987 3.12.1987	

N.F.V.

CONSÓCIO VOUTAT E A ESCRIFOFILIA



Bem poderíamos chamar a esta crônica 'CORREIO DO BRASIL' pois ela resulta de uma simpática carta que nos foi enviada pelo nosso Consócio JEANPIERRE R. VOUTAT, do Rio de Janeiro, tendo em anexo algumas fotocópias de material que conseguiu publicar nos últimos anos no Brasil.

Só temos de estar reconhecidos por esta espontânea colaboração no nosso Boletim fazendo eu, nesta circunstância, de coordenador.

Antes, porém, demos um breve esclarecimento acerca do neologismo ESCRIFOFILIA, termos que nós empregamos

já e gostaríamos ver reconhecido oficialmente.

Se consultarmos um dicionário é certo que corremos o risco de não o encontrar.

O correspondente termo inglês 'SCRIPHOFILY' foi somente aceite oficialmente na Inglaterra em 1979, como significando o colecionismo de papéis históricos de investimento.

Pelos vistos, o termo agora latinizado já é honrado no Brasil.

Após esta ligeira introdução falemos de JEANPIERRE VOUTAT, administrador de negócios na especialidade dos

Por
NESTOR FATIA VITAL

transportes internacionais e da indústria turística, além de apaixonado colecionador de ações antigas e outros documentos históricos financeiros.

Para darmos uma noção da sua fabulosa coleção basta referir que só de ações e obrigações brasileiras possui um total de 580 peças diferentes. Mas recuemos um pouco para conhecer a sua história, publicada no 'Brazil Herald', Novº 1984, que ele próprio nos conta:

"Foi em 1975 que pela primeira vez ouvi falar de papéis velhos. Vivia então nos Estados Unidos. O meu agente proporcionou-me um encontro com uma jovem que herdara um maltratado cofre da avó, repleto de papéis velhos. Não sabia, realmente, o que fazer mas acabei por o comprar."

Foi o seu primeiro contacto com uma realidade que lhe aguçou o apetite para ler mais sobre o assunto.

Em outra notícia em 'O Globo', Setº 1988, se diz que J. Voutat "comprou o baú cofre sem exacta noção do seu conteúdo até descobrir, alertado por um corretor amigo, que continha uma autêntica fortuna em títulos de companhias americanas falidas, algumas fundadas nos primórdios da colonização. Partir para uma incessante corrida atrás de papéis do Brasil foi o próximo passo".

Mas voltemos ao artigo do 'Brazil Herald'.

"Encontrou um livro sobre o assunto e d'aí ficou embrulhado num mundo que se abriu. O livro 'HISTORISCHE WERTPAPIERE', de Jakob Schmitz, incluía 'papéis' dos Estados Confederados da América e documentos financeiros da Guerra Civil americana, além de acções de Londres desde 1740.

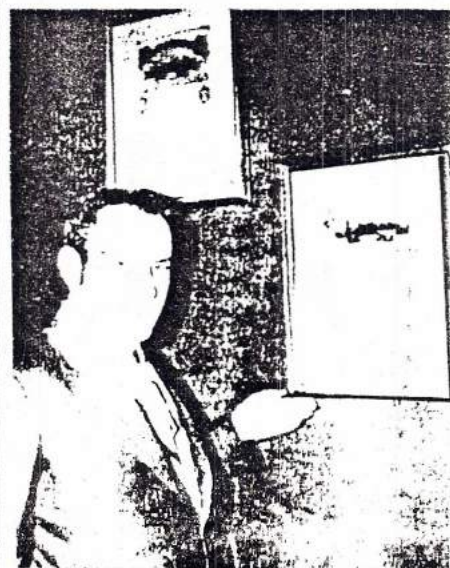
A obra não fazia referência ao Brasil mas VOUTAT tendo escrito a varios comerciantes mundiais desde logo começou a receber ofertas de lotes. Concluía que existia um tremendo potencial. Assinou revistas da especialidade alemãs e suíças e acompanhou os leilões regulares que se fazem com regularidade na Europa. Associou-se ao melhor Clube de Paris que tem cerca de

250 membros.

Assim, foi aumentando a sua colecção sendo dois terços das aquisições provenientes da Austria, Inglatera, Holanda e Italia."

"Dois outros livros o ajudaram: 'Historia da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro', de Maria Barbara Levy, onde se refere que a emissão do primeiro capital do Banco do Brasil foi efectuada em 1818, e a volumosa obra 'Register of Defunct and Other Companies', editada por Thomas Skinner & Co., de Londres, que apresenta a listagem de 23.000 companhias cujas acções foram cotadas em Londres e que, por uma razão ou outra, foram retiradas do mercado. Destas últimas, pelo menos umas 155 tinham algo a ver com o Brasil".

Regressando à crónica de 'O Globo' ficamos sabendo que na colecção de VOUTAT o folhear dos albums é um surpreendente passeio que conduz a inusitados aspectos da historia do País. Vira-se uma folha e descobrem-se oito exemplares seriados de uma acção da Companhia Geral Pernambuco e Paraíba, fundada em 1757 pelo Marquês de Pombal.



O nosso estimado Consócio JEANPIERRE VOUTAT, de origem suíça e vivendo no Rio de Janeiro, tem sido um esforçado divulgador e investigador desta maravilhosa temática e tem feito exposições, como a do Clube Comercial de Setembro a Outubro de 1984, tendo na oportunidade oferecido a essa antiga Associação do Rio, uma Obrigação da 'Brazil Railway Company', emitida a 1 de Julho de 1909.

Naturalizado brasileiro, em 1983, VOUTAT é hoje um poderoso dinamizador do estudo do passado historico do Brasil, essa nossa magnífica nação irmã, um elevado exemplo que devemos seguir.

Nessa sua cruzada tem todo o nosso apoio amigo.

VIDA ASSOCIATIVA

● NOVOS ADERENTES

<u>Nº</u>	<u>NOME</u>	<u>LOCALIDADE</u>	<u>TEMÁTICA</u>
138	JOSÉ JOAQUIM ÁGUAS CRUZ	Figueira da Foz	2 .
139	NUNO MIGUEL MACHADO BAPTISTA	Caldas da Rainha	2 .
140	PAULO JORGE BRAS KRUGER	Sacavém	3 . 4 . 6 .

● TESOURARIA

Conforme anunciado a pp. 219/220, do 'Cédulas e Papéis de Valor' nº 6, Janº 89, a quota anual para os associados residentes em Portugal Continental, Regiões Autônomas dos Açores e da Madeira, bem como em Espanha, não sofreu alteração para o corrente ano, mantendo-se em 1.000\$00.

Porém, para os sócios residente noutros países, houve ligeira actualização em virtude dos agravamentos postais. Assim, foi fixada como segue :

- residentes na EUROPA OCIDENTAL US \$ 15,-
- residentes noutros países US \$ 20,-

Recordamos que a liquidação da quota deve ser efectuada até final do 1º Trimestre, para os Consócios que ainda o não fizeram, através de cheque à ordem e não em nome da Associação ou, então, em nome de Nestor Fátia Vital ou Jaime Salgado, titulares da conta conjunta, entretanto aberta em nome da A.P.C.P.V. e com carácter provisório.

Os sócios têm direito ao pleno benefício de todas as actividades da Associação, inclusive a recepção do nosso Boletim trimestral, bem como aos catálogos das nossas Permutas e participação nestas, desde que, como é natural, tenham os seus deveres sociais em dia.

E a propósito informamos que em princípios de Abril enviaremos o Catálogo da nossa 3ª Permuta a realizar em 6 de MAIO, conforme anunciamos na última página deste Boletim.

Trata-se de uma peça bibliográfica da especialidade cuidadosamente concebida, como as duas anteriores, e profusamente ilustrada, cujo custo de edição é significativo.



ACHEGAS PARA A HISTORIA FISCAL PORTUGUESA

por

JOSÉ MANUEL FONSECA

Não se pense que o Estado ao aumentar os impostos sempre que precisa de fazer face a novas despesas é norma actual !

O Senhor Dom João que governava "de facto" desde 10 FEV. 1792 por impedimento da Rainha mãe, embora ainda não se tivesse assumido como Príncipe Regente, lançou uma série de medidas tendentes a fazer face às grandes despesas resultantes da guerra do Rossilhão e da guerra com a Espanha.

Entre essas medidas uma vai servir para darmos uma achega à nossa Historia Fiscal. Foi o lançamento do imposto de selo sobre o papel da feitura dos "periódicos".

Assim, por Alvará Régio de 10 MAR. 1797 foi determinado que "as folhas periódicas passem a ser impressas em papel selado, conforme se pode constatar num Aviso feito no 2º Suplemento de 29/7/1797 do nº 30 da GAZETA DE LISBOA justificando o aumento do preço do referido jornal.

Lisboa na loja da Gazeta; e no *Porto* na Officina e loja d'Antonio Alvares Ribeiro, aonde se achão os antecedentes Tomos da dita Historia. — Na mesma Officina se está imprimindo, e brevemente se publicará a Traducção do Promptuario Moral do *Larraga* illustrado, cuja Traducção se faz muito recommendavel a todos os Ecclesiasticos, não só pelo muito que o Traductor a corrigio no estylo, e substituição de Doutrinas, segundo as Leis e Disciplina da Nação Portuguesa; mas tambem pelo commodo da edição, tanto no preço, como na forma dos volumes, podendo por tanto asseverar o Editor ter esta Obra a melhor que se pôde esperar, e levar vantagem a qualquer outra Traducção que se possa ter feito. He dedicada ao Excellentiſſimo Arcebispo de *Braga*, e adoptada para uso do seu Arcebispado.

A V I S O.

Havendo S. M. determinado pelo Alvará de 10 de Março de 1797, que as Folhas periodicas sejam impressas em Papel Sellado, como aquelle Papel ordinario custa 10 reis a folha, he forçoso levantar proporcionadamente o preço á Gazeta, e ao Correio Mercantil. Terça feira 1.º d'Agosto começará este augmento nas Folhas, que se venderem avulsas, custando 35 reis cada Gazeta, por ser 5 reis o preço de meia folha de Papel Sellado que lhe corresponde, e 50 reis cada Correio Mercantil, por ser de folha. Este augmento não se estende aos Papeis, que se fornecem aos actuaes Assignantes, por ser o seu motivo posterior á ultima subscripção; terá porém lugar na proxima futura. Ao Público não pôde ser estranho hum tal augmento de preço, visto que só tende ao embolſo da despeza do Papel Sellado.

LISBOA. NA REGIA OFFICINA TYPOGRAFICA.

lugar em que
immortal Poe
solveo a Mu
todos os An
apresentar-lhe
ma pyramide
destal, que
etole, junto
gilio, segun
vel. Será ro
pequenos b
tas, e lour
insculpirão
mesmo Po
tal. Pub.

De Ven
Almirante
mando d
publica,
o Cidadã
de Públi
tasse cor
d'Hillier
lanchas
chaves

E o facto é que o nº 31 da mesma Gazeta já traz estampado o selo a tinta de óleo de 5 réis respeitante ao imposto de selo lançado pelo referido Alvará Régio, conforme se pode ver na figura abaixo.

in dos combates em
nelles se tomou par-
fizemos, deve ser

les, que se havião
feito o seu dever.
propôr-vos-hei que
orcs, que tem me-
s Officiaes de Ca-
dos que perdêrão,
, e Adjuntos dos
los araques, mere-
is pótos de acce-
, depois de rece-

o verdadeiro es-
npo de meia ho-

Vendem-se em
onio *Alvares Ri-*
a. - Na mesma
ucção do Prom-
to recommenda-
or a corrigio no
da Nação Por-
, como na fór-
Obra a melhor
ão que se possa
adoptada para

1797, que as
Papel ordina-
o preço á Gi-
este augmen-
gazeta, por ser
de, e 50 reis
e estende aos
otivo posterior
blico não pô-
o embolço da

AFICA.

Num. 31.

G A Z E T A

Com Privilegio



DE LISBOA



de Sua Magestade.

Terça feira 1.º de Agosto de 1797.

ITALIA.

Mantua 12 de Junho.

O General *Francez Asiollis*, Com-
mandante desta Praça, escre-
veo huma carta á Municipali-
dade, pela qual significava ser-
lhe estranho que na Patria de *Virgilio*
não houvesse hum monumento que re-
cordasse a sua memoria, e pedia se le-
vantasse huma pyramide para indicar o
lugar em que nasceu e habitou aquelle
immortal Poeta. Immediatamente re-
solveo a Municipalidade encarregar a
todos os Artistas que houvessem de
apresentar-lhe planos e debuxos de hu-
ma pyramide sobre hum magestoso pe-
destal, que se collocará na terra de *Pi-
erole*, junto do lugar onde nasceu *Vir-
gilio*, segundo a tradição mais prova-
vel. Será rodeado este monumento de
pequenos bosques de carvalhos, mur-
tas, e louros: em 3 das suas faces se
insculpirão versos tirados das obras do
mesmo Poeta, e na 4.ª se porá: *Na-
tal. Pub. Virgilii Maronis Sacrum.*

Liorne 15 de Junho.

De *Veneza* escrevem que havendo o
Almirante *Condulmero* resignado o com-
mando das forças navaes daquella Re-
publica, foi nomeado para o substituir
o Cidadão *Minotto*, a quem a Junta
de Pública Segurança ordenou se ajus-
tasse com o General *Francez Baraguey*
d'Hilliers a respeito do armamento das
lanchas artilheiras, e da entrega das
chaves do Castello de *Lido*, que exi-
gio o dito General com o inventario

das munições que elle contém. - O
Governo provisional de *Veneza* cuida
agora em fazer mudanças e reformas
nos ramos de economia, politica, guer-
ra, e outros, segundo o exige a mu-
dança de principios. A Junta de Pública
Segurança tem a seu cargo especialmen-
te os negocios politicos e diplomaticos;
de sorte que já se lhe apresentarão to-
dos os Ministros estrangeiros, menos o
de *Vienna*. A dita Junta resolveo diri-
gir Proclamações aos Povos da *Istria*,
Dalmacia, e *Ilhas do Levante*, nas suas
respectivas linguas, para dar-lhes par-
te da alteração que houve na forma do
Governo daquella Republica.

ALEMANHA.

Vienna 14 de Junho.

Dizem que contém sete artigos os
Preliminares de Paz ultimamente offe-
recidos pelo General *Buonaparte* á Re-
publica de *Veneza*. Nelles se estipula
o pagamento de 3.500\$ ducados em
moeda corrente: a subsistência das tro-
pas *Francezas* á custa dos *Venezianos*
até que saíão daquelle territorio: 3.000\$
de libras em petrechos navaes, 6 náos
de linha, 40 paineis, os mais precio-
sos Manuscritos que se achão na Livra-
ria de *S. Marcos*, e varias estatuas. -
Parece que he immensa a somma de
dinheiro que os *Francezes* ajuntarão nas
Provincias *Venezianas* de *Terra Firme*.

Francfort 22 de Junho.

Segundo as ultimas cartas aqui rece-
bidas de *Vienna*, vai-se juntando na
Moldavia e *Valaquia* hum considera-
vel

CARTA ABERTA ACERCA DE LOTARIAS

por MARIO SANTOS DE ALMEIDA

Em artigo, sob este título, no nº 7 desta nossa publicação referente a Outubro de 1988, a págs 178, o nosso consócio e prezado amigo Senhor João Carpenter Robertson dá a reprodução de um bilhete de lotaria da Misericórdia de Lisboa do ano de 1850 e pede explicações acerca do carimbo que esse bilhete apresenta : " 2ª p.ª " (isto é, " segunda parte "). Pergunta, pondo como hipótese, se o bilhete não será duplo.

No material de estudo que tenho arquivado encontrei vários anúncios publicados no Diário do Governo pelo menos a partir de 1838 (mas penso que se procurar, como adiante refiro, deverei encontrar anúncios semelhantes a partir de 1834) que penso dão a explicação pedida. Dou a reprodução de dois, precisamente de 1850

PLANO para a segunda parte da Lotaria do segundo trimestre de 1850, que se ha de fazer pela Commissão Administrativa da Santa Casa da Misericórdia em beneficio dos Expostos da mesma Santa Casa, dos Enfermos do Hospital Real de S. José, dos Orfãos da Casa-Pia, e do Asylo de Mendicidade, na conformidade das Ordens Regias expedidas pela Secretaria de Estado dos Negocios do Reino, por Portaria de 27 de Maio de 1834, e Decreto de 5 de Outubro de 1838.

Seu o seu capital de 33:600\$000 réis, formado de 7:000 bilhetes (dos n.º 6:001 a 13:000), a 4\$800 réis cada um, cuja importancia, liquida dos 12 por cento de beneficio, se distribue nos seguintes

PREMIOS.

1 de.....	16:000\$000.....	16:000\$000
1 de.....	1:000\$000.....	1:000\$000
1 de.....	800\$000.....	800\$000
1 de.....	600\$000.....	600\$000
1 de.....	500\$000.....	500\$000
1 de.....	400\$000.....	400\$000
2 de.....	200\$000.....	400\$000
20 de.....	100\$000.....	2:000\$000
1:220 de.....	6\$400.....	7:808\$000
1 ao n.º que se extrahir depois de tirados os sobreditos premios		60\$000

1:249 Premios.
5:751 Brancos.

7:000 Bilhetes, que a 4\$800 réis importam em 33:600\$000 réis. dos quaes, extrahidos os 12 por cento de beneficio, é o total dos premios distribuidos.....R.º 29:568\$000

Dos premios acima se descontará, no acto do pagamento, o imposto de 5 por cento, estabelecido pela Carta de Lei de 10 de Julho de 1843.

Os bilhetes serão pagos na sua totalidade em Nota do Banco de Lisboa; e da mesma forma serão satisfeitos os premios correspondentes.

Os bilhetes são assignados de chancellia pelo Escrivão da Commissão Administrativa da Santa Casa, e pelo Thesoureiro geral. Entrarão nas rodas os numeros e os premios. A venda terá logar no dia 20 de corrente mez de Abril de 1850, e a extracção no dia 3 de Maio do mesmo anno.

A Commissão authorizada por Sua Magestade Fidelissima, em Portaria do Ministerio do Reino de 18 de Abril de 1836, faz publico que os premios da presente lotaria, e das mais que se seguirem, que não forem exigidos no prazo de cinco annos contados do ultimo dia da extracção, prescrevem a favor dos Expostos desta Corte.

DIARIO DO GOVERNO Nº 90

de

18 de Abril de 1850

pág. 442

*

ANO para a sexta parte da Loteria do segundo trimestre de 1850, que se ha de fazer pela Comissão Administrativa da Santa Casa da Misericórdia em beneficio dos Expostos da mesma Santa Casa, dos Enfermos do Hospital Real de S. João, dos Orphãos da Casa-Pia, e do Asylo de Mepallidão, na conformidade das Ordens Regias expedidas pela Secretaria de Estado dos Negocios do Interior por Portaria de 27 de Maio de 1844, e Decretto de 5 de Outubro de 1838.

Seu o seu capital de 14:400\$000 réis, formado de 3:000 bilhetes (dos n.º 26:001 a 29:000), a 4\$800 réis cada um, cuja importancia, liquida dos 12 por cento de beneficio, se distribue nos seguintes

PREMIOS.		
1 de.....	4:000\$000.....	4:000\$000
1 de.....	600\$000.....	600\$000
1 de.....	300\$000.....	300\$000
1 de.....	200\$000.....	200\$000
12 de.....	100\$000.....	1:200\$000
929 de.....	6\$400.....	6:272\$000
1 ao n.º que se extrahir depois	de tirados os sobreditos premios	100\$000

927 Premios.

2:003 Brancos.

3:000 Bilhetes, que a 4\$800 réis importam em 14:400\$000 réis, dos quaes, extrahidos os 12 por cento de beneficio, é o total dos premios distribuidos.....R.º 12:672\$000

Dos premios acima se descontará, no acto do pagamento, o imposto de 5 por cento, estabelecido pela Carta de Lei de 10 de Julho de 1843.

Os bilhetes serão pagos na sua totalidade em Notas do Banco de Lisboa; e da mesma fórma serão satisfeitos os premios correspondentes.

Os bilhetes são assignados de chancellia pelo Escrivão da Comissão Administrativa da dita Santa Casa, e pelo Thesoureiro geral. Entrarão nas rodas os numeros e os premios. A venda terá logar no dia 17 do corrente mez de Junho de 1850, e a extracção no dia 27 do mesmo mez.

A Comissão authorizada por Sua Magestade Fidelissima, em Portaria do Ministerio do Reino de 18 de Abril de 1836, faz publico que os premios da presente loteria, e das mais que se seguirem, que não forem exigidos no prazo de cinco annos contados do ultimo dia da extracção, prescrevem a favor dos Expostos desta Córte.

DIARIO DO GOVERNO Nº 138

de

1850

pág. 704

*

Por êstes anúncios se verifica que a Misericórdia organizava 4 Lotarias por ano, uma em cada trimestre. Essas Lotarias trimestrais não eram porém realizadas de uma vez só, mas eram fraccionadas em várias " partes " com número variavel de bilhetes, e de cada uma dessas " partes " faziam-se em cada trimestre, por assim dizer, Lotarias independentes, separadas e sucessivas. A numeração de todas as " partes " de cada trimestre era porém uma só, continuando, portanto, de uma " parte " para a " parte " seguinte.

A Lotaria do 2º Trimestre de 1850 a que pertence o bilhete em causa teve 6 " partes " cujos planos, com o preço dos bilhetes sempre a 4\$600 réis, em resumo foram os seguintes :

1ª parte - 6.000 bilhetes no valor total de 28.800\$000 réis e numerados de 1 a 6.000 - Extracção a partir de 19 de Abril;

2ª parte - 7.000 bilhetes, no valor de 33.600\$000 réis e numerados de 6.001 a 13.000 - Extracção a 3 de Maio ;

3ª parte - 5.000 bilhetes, no valor de 24.000\$000 réis e numerados de 13.001 a 18.000 - Extracção a 16 de Maio ;

- 4ª parte - 4.500 bilhetes, no valor de 21.600\$000 reis, numerados de 18.001 a 22.500 - Extração a 28 de Maio ;
- 5ª parte - 3.500 bilhetes no valor de 16.800\$000 reis e numerados de 22.501 a 26.000 - Extração a 15 de Junho ;
- 6ª parte - 3.000 bilhetes no valor de 14.400\$000 reis e numerados de 26.001 a 29.000 - Extração a partir de 27 de Junho.

O bilhete reproduzido, que tem o nº 7.667, é portanto da " 2ª Parte " da Lotaria do segundo trimestre de 1850 cujo anúncio, que incluye o plano de prémios, damos, em reprodução do nº de 18 de Abril do Diário do Governo dêsse ano. Damos também a reprodução do anúncio da 6ª e última parte que nos indica o total da numeração de toda a Lotaria do 2º trimestre (29.000 bilhetes) .

O esquema das Lotarias variava, assim como variava o plano de cada uma das "partes". Por exemplo: a Lotaria do 1º trimestre também de 1850 tivera 8 "partes" cada uma com número de bilhetes que oscilou entre 6.000 e 3.000 e num total para as 8 "partes", de 31.000 .

Como dissemos, temos conhecimento dêste esquema pelo menos desde 1838 mas pensamos que deve ter funcionado a partir de 1834. Pelo menos é o que se depreende da referência, naqueles anúncios, à Portaria de 27 de Maio de 1834 em conformidade com a qual aquelas Lotarias eram organizadas. Por sua vez, deve ter perdurado até 1853 pois um bilhete que conhecemos de 1859 já não tem quaisquer referencias, nem a "trimestres", nem a "partes", e refere ter sido emitido de acordo já com legislação diferente: o Decreto de 22 de Setembro de 1853.

Infelizmente não conseguimos encontrar nem aquela Portaria nem êste Decreto.

É evidente que nos arquivos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa devem existir documentos acerca de tudo isto, mas penso que êstes que apresento são suficientes para a explicação pedida.

Antes de terminar alguns comentários acerca de um pormenor curioso dos planos desta Lotaria e que foi geral para as Lotarias de 1850 : "Os bilhetes serão pagos na totalidade em Notas do Banco de Lisboa; e da mesma forma serão satisfeitos os prémios correspondentes." Esta disposição deveria ser uma forma de tentar fazer com que as pessoas mais facilmente se deixassem tentar a arriscar os seus dinheiros naquelas Lotarias.

Como se sabe, o Banco de Lisboa encerrara as suas portas em 1846 para se transformar no Banco de Portugal e as suas Notas, a que havia sido dado pelo Governo o "curso forçado", circulavam com tóda a relutância da população e com ágio que progressivamente ia aumentando. Em 1850 ia já em cêrca de 50 %, isto é, o seu valor em metal era de aproximadamente apenas metade do valor facial.

Era dinheiro a que as pessoas cada vez davam menos valor e que, por isso, nada lhes custaria arriscar na Lotaria.



IMPOSTO
DO
SELO



ESTAMPILHA FISCAL

por NESTOR FATIA VITAL

No nosso estudo 'ORÍGENS E EVOLUÇÃO DO PAPEL SELADO EM PORTUGAL', publicado a pp. 61 a 66 d'êste Boletim (nº 4), começava por afirmar o seguinte : "Os 'impostos' lançados pelo Estado constituem uma das fontes principais dos rendimentos públicos.

São imposições legais sem uma contraprestação de quem as arrecada, diferenciando-se da 'taxa', onde ha o pagamento de um serviço correspondente.

Entre os impostos, e durante mais de três séculos, o IMPOSTO DO SELO tem de considerar-se, a seguir ao imposto sucessorio, o ramo mais vasto e complexo do direito tributário"

Explicávamos, seguidamente, as várias modalidades dessa incidência indirecta:

- papel selado propriamente dito, por onde teria começado;
- selo de verba, ou seja a nota, escrita em papel sujeito ao pagamento de selo, de que foi paga a importância desta, nota que substitui o selo de estampilha;
- selo a tinta de óleo;
- selo especial;
- estampilha.

É desta última que vamos, por forma

abreviada, abrir um novo e vasto campo de coleccionismo e investigação no 'Cédulas e Papéis de Valor', como tenho feito em números anteriores ao introduzir novas temáticas, o que robustece a vivência da nossa Associação.

Quem está relacionado com a Administração Financeira do Estado, e é conhecedor da actividade antiga ou moderna dos Ministérios da Fazenda ou das Finanças, Direcção Geral das Contribuições e Impostos, Tribunal de Contas, etc., sabe bem o quanto é intrincado falar da ESTAMPILHA FISCAL e sua evolução.

Mesmo assim sendo não somos nós que viamos as costas à dificuldade.

Comecemos, então, por colocar a questão de se saber quando começou o uso da estampilha, documento de papel de valor, impresso e adesivo.

De acordo com a metodologia de 'história comparada', é logico que recorramos às origens do selo do correio.

Em Portugal o uso do selo veio com a reforma postal de 27 de Outubro de 1852. Mas a pratica da utilização dos selos só se operou em 1 de Julho de 1853, com a primeira

emissão de selos de D. Maria II.

Assim, é de admitir que a ESTAMPILHA FISCAL tenha sido lançada, como meio de arrecadação de impostos, na segunda metade do século XIX, não me tendo sido possível, nas fontes bibliográficas que possuo, ou por insipiente pesquisa, que o tempo é pouco, identificar o ano do seu arranque.

Porém, na dezena de livros de Regulamentos da LEI ou IMPOSTO DO SELO, a mais antiga data que recolhi foi a da lei de 30 de Agosto de 1869 que, em anexo, tem uma tabela das 'taxas de selo'. Isso mesmo se afirma na introdução ao 'Regulamento da Lei do Sello' (COIMBRA, Imprensa da Universidade, 96 pp.) aprovado por Decreto de 18 de Setembro de 1873, do Ministério dos Negócios da Fazenda, que assim começa: "Cumprindo regular a execução da lei de 2 de abril do corrente anno, que alterou e ampliou as taxas de selo que constam da tabella annexa á lei de 30 de agosto de 1869; ..." .

No Art. 4º deste diploma diz-se: " O selo de estampilha é que se paga por meio de estampilhas fornecidas pela casa da moeda, e colladas nos papeis depois de escritos, impressos, estampados ou lithographados, ou em guias nos casos determinados neste regulamento." . E no Art. 22º: "As estampilhas admittidas por este regulamento serão dos valores de 10, 20, 30, 40, 50, 60, 100, 200, 300, 400, 500, 600, 700, 800, 900, 1\$000, 2\$000, 3\$000, 4\$000, 5\$000, 6\$000, 7\$000, 8\$000 e 9\$000 réis, e d'aquelles que o governo annunciar, bem como do formato e cores que elle determinar. Serão estampadas na repartição do



selo na casa da moeda.

§ 1º . Nas ilhas adjacentes e no ultramar as estampilhas serão do mesmo modelo, dimensão e valores, mas todas de cores especiaes, e não poderão ser applicadas no continente do reino.

§ 2º . Nas mesmas ilhas, e pelo que respeita aos districtos dos Açores, as estampilhas serão de cor differente das que tiverem as destinadas para o districto do Funchal, não podendo umas e outras servir senão nos respectivos districtos."

E, o que é curioso, vamos encontrar neste mais antigo livro sobre a matéria, da minha biblioteca, uma associação entre a ESTAMPILHA FISCAL e o selo postal, o que reforça a dedução inicialmente exposta. De facto, o Art. 34º diz : "Nas administrações centraes, direcções e delegações do correio vender-se-hão tambem estampilhas, provendo-se d'ellas para esse fim os respectivos chefes por meio de compra nas recebedorias.

§ unico . Nas estações postaes denominadas 'distribuições' que funcionarem do mesmo modo que as delegações, tambem se venderão estampilhas." .

E basta de transcrições, no entanto, sempre bem curiosas e esclarecedoras.

As alterações à LEI DO SELO representa um impressionante acervo de cartas de lei e decretos que, por hoje, não vamos enumerar.

Outros, com mais tempo e saber, o farão melhor certamente.

DE . PUBLICIDADE . PUBLI



MALCOLM J. CARPENTER
Bond and Share Certificates, Banknotes, Insurance Policies
10 LINDEN GROVE, CHORLEY, LANCASHIRE, ENGLAND
Telephone 025 72 64489

COMPRAMOS

NOTAS BANCÁRIAS ACÇÕES E OBRIGAÇÕES
APÓLICES DE SEGURO ANTIGAS
CONHECIMENTOS DE EMBARQUE
*
ESPÉCIMES DE BOA QUALIDADE
*

Favor responder a MALCOLM CARPENTER
10 LINDEN GROVE , HARTWOOD PARK , CHORLEY , LANCASHIRE , ENGLAND

DR. ANTONIO D'ALMEIDA
FIGUEIREDO

R. Jorge Ferreira de Vasconcelos,
6, 2º, Esq. - 1700 Lisboa

- *
• Compra, vende e troca CÉDULAS
antigas e modernas.
• Vende todo o material de colec-
cionismo :
bilhetes de ingresso, de lota-
ria, postais ilustrados nacio-
nais e estrangeiros, selos usa-
dos e novos, nacionais e estran-
geiros, F.D.C., inteiros pos-
tais, etc.

JEANPIERRE R. VOUTAT

PROCURA

ACÇÕES / OBRIGAÇÕES DO BRASIL

Peças únicas ou quantidades.

Favor enviar fotocópias com indi-
cação de preços .

*

ESCRIPOFILIA BRASIL
c/o JP Voutat
2/503 Ave N S de Copacabana
22010 Rio de Janeiro
Brasil

DE. PUBLICIDADE. PUBLI

Compro ou Troco
CHEQUES ANTIGOS

Fernando Antunes

R. Padre Francisco do
Recreio, 3 -r/c.E
2800
ALMADA



COMPRAMOS

ACCÕES, CÉDULAS E NOTAS ISOLADAS
OU EM COLECÇÃO

NUMISMA Tels. 731838 - 733710

Lisboa

Cédulas da Madeira, Açores e Ultramar

Apólices de Real Erário

COMPRA

NESTOR FÁTIMA VITAL

Rua de Sel, 28 Rate -57-2-E.
1 200 LISBOA

SENHAS DE TROCO
Antigas ou Modernas

Permutas per correspondência

MANUEL R. de PINHO
Rua Castilhe, 41 - 3880 OVAR

Letras de Câmbio, Papel selado, Lotarias
Cheques

COMPRA e TROCA

JOSE FONSECA
Rua Azedo Gneca, 68-3º, Esq.-LISBOA
Telef.: 66 69 35

PAPEL SELADO COLONIAL

COMPRA

JAIME SÁEZ SALGADO
Av. da Igreja, 63 - C .1200 Lisboa

NOTAS BANCO DE PORTUGAL
VENDE

Joaquim Albre Batista
Rua D.Rodrigo da Cunha Lote 9
R/CH ----- Assentes
7300 Portalegre Tel. 24285

TABELA DE PUBLICIDADE

	ADVERTISING	RATES
1/8 de coluna à largura :	80 X 30 mm	150\$00 (±)
1/4 de coluna à largura :	80 X 60 mm	300\$00 (±)
1/2 página (half page)	{ à largura (on width) : 160 X 115 mm } { em altura (in height) : 80 X 230 mm }	750\$00
1 página (full page) :	160 X 230 mm	1.500\$00
Cada 1/2 página a mais (each half page more)		600\$00
Cada página a mais (each full page more)		1.200\$00
Última página do Boletim (back page)		3.000\$00

Data limite de recepção de anúncios : Dia 10 do mês anterior.
(Issue ad deadline : 10 th of precedent month.)

Datas de publicação do 'CÉDULAS E PAPÉIS DE VALOR' :

Janeiro, Abril, Julho e Outubro.

(Publication dates : January, April, July and October)

(±) - Exclusivamente para Sócios . (exclusively for members.)

"CEDULAS E PAPEIS DE VALOR" Nr. 9 - SUMMARY

By the EDITOR

EDITORIAL - Introduction of two new thematic collecting fields connected with our Association : 'TRANSPORT'S TICKETS' and 'FISCAL STAMPS'.

SECURITIES OF D. JOÃO, REGENTE (Dr. Mário de Almeida) - Inedited and very important study about these royal portuguese certificates or policies (1797/1799-1805-1807) and the respective catalogue. The Author is preparing the publication of a book about this matter, the first one, in deed, in Portugal.

PAPER'S SUPPLIERS FOR NATIONAL BANK-NOTES (Nestor Vital) - An approach to list foreign sources of the paper since 1822, date of the first bank-note in our country (Banco de Lisboa, founded by law of 31.XII.1821), until our days, namely the Banco de Portugal wonderful issues since 1847.

COLLECTING TRAMWAY'S TICKETS (Paulo Kruger) - Historic summary of the beginnings of Lisbon Electrical Tramway Company (1873) when the passenger cars locomotion was assured by two she-mules. Their name, in those times, was 'american's car'. The definitive electrification take place in 1901, like to day.

SCHEDULES AND VARIETIES (Dr. Antonio de Figueiredo) - New acquaintances of 'cédulas' varieties meantime discovered.

NEWS (Editor) - 1. A Cairo broker had the happiness to find in a lot of french francs a portion of bank-notes printed only on the obverse face, the value of each estimated in about US \$500,-.

2. Report of the First Public Auction of Bank-Notes (Portugal & Portuguese ex-Colonies) at the Hotel Meridien (Lisbon) the 4th March, ult.

The auction has comprised about 1 000 items of notes and specimens both from the time of the Monarchy and the Republic. It was undoubtedly a magnificent rare collection, some one not mentioned in A. Pick, with a total base-price of the magnificent and well illustrated Catalogue (limited edition) of about P. Esc. 25.000.000\$ (about US \$ 165.000,-).

With the auction's room completely full of interested numismatists, the prices closed was unforeseen such as the 1.000 réis 20.2.1906, Angola, only exemplar known and not in Pick: PESC. 850.000\$ (about US \$ 5.700,-).

EX - LIBRIS 'DIULI' (Nuno Gonçalves) - Description and interpretation of their Ex-Libris and the history of the Indian 'diuli' centenary candle.

NOTEPHILY (Nestor Vital) - Dates list of the portuguese bank-notes now in circulation.

VOUTAT'S PARTENER AND THE SCRIPOPHILY (Nestor Vital) - Notice about Mr. Jeanpierre Voutat activities as the larger collector in Brasil of shares and others value papers. Only of Brazilian shares he has about 500 pieces very rare.

ASSOCIATIVE LIFE - Warning that the Association financier contribution for 1989 must be settled until March's end . The quota for foreign residents is : Western Europe US \$15,- ; rest of the world US \$20,-.

Remember that only the parteners with their duties up-to-date have the right to receive regularly our 'Cédulas e Papéis de Valor' each three months, our auctions catalogues, etc.

The catalogue for the next 3rd Big Auction' Spring 89 (May 6th) will be issued at the beginnings of April. Assure your copy now.

ADDITIONS FOR THE PORTUGUESE FISCAL HISTORY (José Fonseca) - A curious notice about the 10.MAR.1797 law obliging to put fiscal stamps on the newspapers. By the 'GAZETA DE LISBOA' reproduced we may see the stamp 5 reis.

OPEN LETTER ABOUT LOTTERIES (Dr. Mário de Almeida) - Clarification of the meaning of '2ª p.te' stamp on XIXth century lottery billets. In fact, middle that century, one lottery was divided in various drawings at a different dates in a same half-year.

FISCAL STAMP - STAMP DUTY (Nestor Vital) - Introduction of this collecting theme as a new field of investigation inside our Association and in this periodical publication. Defend the idea that the fiscal stamp should have been used, as an adhesive printed paper duty in the time and after the beginning of the postal stamp (1853) in Portugal.

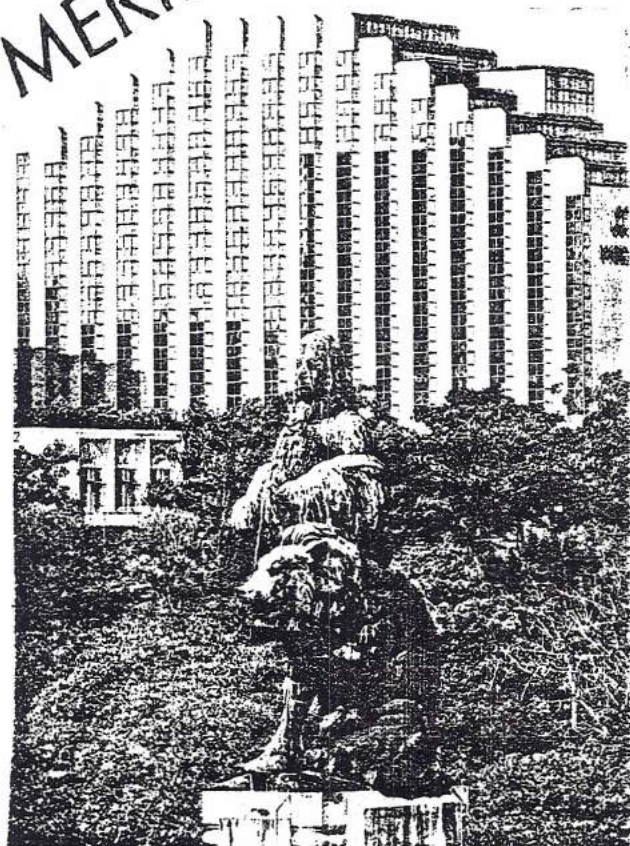
THIRD BIG A.P.C.P.V. AUCTION SPRING'89 - At May 6th, in the modern Hotel Meridien, of Lisbon, Room 'Obidos', will have place our 3rd Auction, between parteners, from 3 to 8 p.m.

As for the two others Auctions performed, an excellent Catalogue will be issued including bank-notes, cheques, bills of exchange, fiscal stamps, lotteries, shares, bonds, certificates, schedules, vouchers, securities, etc.

Most of the items will be reproduced in the Catalogue, becoming this one important new bibliographical piece as a rare monography in the future.

Le
MERIDIEN

TERCEIRA PERMUTA



PRIMAVERA 89

*

6 DE MAIO

PERMUTA ENTRE ASSOCIADOS DA A.P.C.P.V.

UMA SESSÃO DAS 15 ÀS 20 H.

NA

SALA ÓBIDOS

* *

NÃO FALTE!

Das largas centenas de lotes que constituirão o magnífico CATALOGO ilustrado, a ser enviado aos prezados Associados em princípios de Abril próximo, constam as seguintes temáticas: ACÇÕES e OBRIGAÇÕES (88); LETRAS DE CÂMBIO (73); CHEQUES (17); PAPEL SELADO Prop. Dito (45); PAPEL SELADO de Outras Classes (29); ESTAMPILHAS FISCAIS / RECIBOS SELADOS (22); LOTARIAS (12); DIVERSOS (86), além de APOLICES DO REAL ERÁRIO, CÉDULAS MUNICIPAIS E PARTICULARES e NOTAS BANCÁRIAS.

Dêste conjunto invulgar, destacamos dois lotes bem raros (RR):

- 'Junta Provisional do Governo Supremo', título para o Capital de Rs 100\$000.2 SET 1808. 'CAUZA PUBLICA' e selo de lacre branco do 'Thesouro Publico do Porto'. Em préstito patriótico s/juros levantado no Porto por ocasião da Guerra Peninsular.
- Papel Selado prop. dito, com 'Sello Primeiro de Duzentos e Quarenta Reis'. 1661. Assinado pela Rainha e respeitante à Ordem de Aviz.

Ambos os lotes com preço de base de 50 Contos.

PARTICIPE !